



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

CIRLENE LISBOA DE PAULA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA PROFESSORA MARIA AMORAS NO
MUNICÍPIO DO ACARÁ**

ACARÁ/PARÁ
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

CIRLENE LISBOA DE PAULA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA PROFESSORA MARIA AMORAS NO
MUNICÍPIO DO ACARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciada Pleno em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo.

ACARÁ/PARÁ
2019

CIRLENE LISBOA DE PAULA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA ESCOLA PROFESSORA MARIA AMORAS NO
MUNICÍPIO DO ACARÁ**

Data da Aprovação: 26/12/2019

Conceito: **Excelente**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo.
Orientador - UFPA

Esp. Lindalva Ferreira Costa
Membro Externo

ACARÁ/PARÁ
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e socorro presente na hora da angústia;

Aos meus pais, José Sady e Aldeli que sempre estiveram ao meu lado e são os meus maiores exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado forças nos momentos de desânimo e angústia. Obrigada, senhor por colocar esperança e fé no meu coração;

Agradeço à minha mãe Aldeli Lisboa de Paula, que sempre esteve ao meu lado e foi a minha maior incentivadora;

Ao meu pai José Sady de Paula que batalhou por anos para proporcionar a melhor educação para seus filhos;

Aos meus amados irmãos, cunhadas e avós que nunca desistiram de mim e sempre me incentivaram a essa conquista, agradeço aos demais familiares e amigos que torceram por mim;

Agradeço ao meu orientador Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo por aceitar conduzir meu trabalho de pesquisa e pela paciência, esforço e dedicação;

Também quero agradecer a Universidade Federal do Pará, e a todos os professores do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela elevada qualidade do ensino oferecido, de igual modo a coordenação do polo de Acará pelo apoio e a todos os seus servidores;

Em especial a minha equipe de trabalho Fênix por todo o carinho, paciência, discussões e risadas pelos momentos em que tanto aprendemos juntas. Presentes de Deus que nas últimas disciplinas foram mais que amigas/irmãs, pelo apoio nos momentos difíceis pelo qual passei e que não me permitiram desistir. Amo muito vocês por tudo que fizeram por mim;

Quero agradecer a turma de Pedagogia 2015, a todos os colegas durante o curso que sempre estiveram em uma constante partilha de saberes e aos momentos únicos que passamos juntos e que jamais serão esquecidos. Obrigada a todos;

Obrigada a todos que mesmo não estando citados aqui tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional.

Mantoan, (2006, p. 54-55).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi construído com enfoque na Educação Inclusiva que tem se apresentado como novo paradigma educacional, fato recente na educação brasileira. Tem ganhado forças com os estudos que têm surgido e com as propostas baseadas na legislação vigente e nas práticas educativas. Com essa abordagem, o referido TCC tem como objetivo fazer uma breve apreciação das políticas educacionais para a Educação Inclusiva no Brasil, elencando sobre sua evolução histórica e os marcos conceituais. Para tanto se utilizou da abordagem qualitativa e servirá como base a legislação brasileira, as diretrizes políticas específicas do Ministério da Educação (MEC) e alguns documentos utilizados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1986 e a Declaração de Salamanca iniciaram avanços importantes na legislação da educação inclusiva. É imprescindível que haja uma educação inclusiva onde os educandos sejam respeitados e recebam um ensino que respeite suas limitações, suas diferenças e suas particularidades. Onde o professor busque formação continuada para que possa desempenhar melhor o seu trabalho quando se deparar com alunos com necessidades educacionais especiais. As escolas precisam rever os seus Currículos, assim como seus Projeto Político Pedagógico, pois eles pouco têm a contribuir com o avanço dos alunos deficientes. Estes têm um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, precisam valorizar um ensino que leve em conta as diferenças de cada um sujeito. Anseio, sonho e superação foram os pontos chave para a construção deste TCC, foram muitas as dificuldades e angústias vividas e sentidas, assim como das conquistas e transformações alcançadas ao longo de todo o processo educacional. Descrivê-lo foi desafiador, mas com muita satisfação e a imensa gratidão pelas transformações alcançadas durante essa árdua caminhada acadêmica. Os referenciais mencionados no decorrer desta narrativa e que vieram fundamentar este trabalho foram: Bueno (1999), Freire (1996, 2005), Fumegalli (2012), Gadotti (1994), Mantoan (1997, 2002, 2003, 2006), Stainback (1999), entre outros.

Palavras-Chave: Inclusão; Escola Regular, Deficiente.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper was built with focus on Inclusive Education that has been presented as a new educational paradigm, a recent fact in Brazilian education. It has gained strength with studies that have emerged and with proposals based on current legislation and educational practices. With this approach, the CBT aims to make a brief appreciation of the educational policies for Inclusive Education in Brazil, listing its historical evolution and conceptual framework. To this end, the qualitative approach was used and will be based on Brazilian legislation, specific policy guidelines of the Ministry of Education (MEC) and some documents used. The 1986 National Education Guidelines and Bases Act and the Salamanca Declaration made important advances in including education legislation. It is essential that there is even an education where students are respected and receive a teaching that respects their limitations, their differences and their particularities. Where the teacher seeks continuing education so that he can do his job better when he comes across students with special educational needs. Schools need to review their Curriculum and Pedagogical Policy Project, as these have little to contribute to the advancement of disabled students. These have a fundamental role in the teaching-learning process, they need to value a teaching that takes into account the differences of each subject. Longing, dreaming and overcoming were the key points for the construction of this TTC, there were many difficulties and anguish lived and felt, as well as the achievements and transformations achieved throughout the educational process. Describing it was challenging, but with great satisfaction and immense gratitude for the transformations achieved during this arduous academic journey. The references mentioned in the course of this narrative and which supported this work were: Bueno (1999), Freire (1996, 2005), Fumegalli (2012), Gadotti (1994), Mantoan (1997, 2002, 2003, 2006), Stainback (1999), among others.

Keywords: Inclusion; Regular, Disabled School.

LISTA DE SIGLAS

- AEE** - Atendimento Educacional Especializado
- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CENESP** - Centro Nacional de Educação Especial
- DF** - Deficiência Física
- DI** - Deficiência Intelectual
- DM** - Deficiências Múltiplas
- DV** - Deficiência Visual
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMEIEF** - Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental
- FNDE** - Fundo Nacional do Desenvolvimento da educação
- HTPC** - Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
- MEC** - Ministério da Educação
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PPP** - Projeto Político Pedagógico
- PROINFO** - Programa Nacional de Tecnologia Educacional
- SEESP** - Secretaria de Educação Especial
- SECADI** - Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SEMED** - Secretaria Municipal de Educação
- TEA** - Transtorno do Espectro Autista
- TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso
- UFPA** - Universidade Federal do Pará

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
2.1	O percurso histórico da educação inclusiva no Brasil	13
2.2	Os marcos legais sobre educação inclusão no Brasil (legislação e diretrizes)	20
2.3	Fundamentos do Ensino Inclusivo	23
2.4	A Inclusão como uma Força para a Renovação da Escola	26
3	RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO	30
3.1	Contextualizações da escola pesquisada.....	30
3.2	Metodologia da pesquisa.....	32
3.3	Observação feita na sala do AEE	33
3.4	Sujeitos das entrevistas.....	38
3.5	Categoria – Professores	39
3.6	Categoria – Professora do AEE.....	43
3.7	Categoria - Coordenadora Pedagógico da Escola	46
3.8	Categoria – Gestor da Escola.....	50
3.9	Categoria - Técnico Pedagógico da SEMED.....	52
3.10	As deficiências apresentadas na escola	60
3.11	Histórico da escola	62
3.12	O Projeto Político Pedagógico – PPP	63
3.13	Atendimento Educacional Especializado - AEE	66
3.14	Organograma Institucional	67
3.15	O regimento escolar	70
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	76
	ANEXO – I.....	80
	ANEXO – II.....	81
	ANEXO – III.....	82
	ANEXO – IV	83
	ANEXO – V	84

1 INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é parte inicial de uma pesquisa de campo do Curso de Pedagogia de alunos da Universidade Federal do Pará – UFPA, intitulado Inclusão Escolar na Escola Professora Maria Amoras no município do Acará, e tem como objetivo analisar o processo da inclusão de crianças com deficiência na escola supracitada. Nos dias de hoje, as práticas educativas vêm se aprimorando cada vez mais e enfrentando um período de grandes mudanças no que diz respeito à educação.

As escolas são desafiadas a serem reinventadas, criando novas formas de ensino para que atenda a diversidade humana, pois esse é o anseio, que uma educação de qualidade chegue para todos. Quando nos referimos à inclusão escolar, parece que estamos tratando de um único fenômeno, conhecido por todos e que possui um único significado, tal fato não condiz com a realidade das escolas, onde encontramos professores totalmente despreparados para lidar com situações de inclusão escolar. Segundo MANTOAN (2006, p. 35):

[...] é inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. (MANTOAN, 2006, p. 35).

A inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares tem um lado positivo, e desenvolvimento do projeto o que chamou atenção foi o carinho e o respeito que os outros alunos tinham pelos alunos com deficiência e, houve um momento em que presenciei uma aluna pegar na mão da colega especial para levá-la até refeitório, achei muito bonito o gesto de carinho e acolhimento dos outros alunos pelos alunos com necessidades especiais. Para isso pode-se afirmar que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Os professores das classes normais e que atendem alunos deficientes pouco têm conhecimento para dar suporte àquele educando. Não bastaria a formação ser destinada apenas ao professor do AEE, mas a secretaria municipal de educação do município deveria incentivar as escolas desenvolverem projetos onde

todos os funcionários pudessem participar. Afinal, na escola todos os envolvidos têm contato com os educandos independentemente da turma que pertença.

Ou, então pensar em ações que possa de alguma forma envolver esses profissionais. Dentre essas novas diversidades, temos a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino, de modo que todas as crianças com algum tipo de deficiência tenham o mesmo direito que qualquer outra criança que não possui deficiência. Por outro lado:

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p, 7).

Para o autor a educação especial deve ser assistida em todas as etapas da educação básica, onde o aluno possa receber toda a assistência da qual ele tem direito. É preciso identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que colaboram para superação dos desafios que ocorrem durante o processo de avaliação da aprendizagem. Desta forma, este TCC está organizado em três seções: a primeira é a introdução que faz uma breve apresentação do trabalho, a segunda evidencia o contexto histórico da educação inclusiva e em seus sub-tópicos apresentam o percurso da educação inclusiva no Brasil e os marcos legais sobre educação inclusiva no Brasil (legislação e diretrizes).

Por fim, na terceira e última seção discutimos os resultados da análise da pesquisa, onde é apresentada a contextualização da escola escolhida para a pesquisa. Apresenta a metodologia da pesquisa, os sujeitos das entrevistas, a análise sobre as entrevistas, as deficiências dos alunos apresentadas pela escola, o histórico da escola, seu PPP, o organograma institucional da escola, o regimento escolar, as considerações finais, as referências bibliográficas assim com os anexos.

A legislação atual vem dando suporte às iniciativas que visam à inclusão, contribuindo com quebra de barreiras e garantindo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência. Para que a educação inclusiva torne-se realidade, é preciso, também, que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos seus educadores para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais.

2 BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 O percurso histórico da educação inclusiva no Brasil

Em 1990, na cidade de Jomtien (Tailândia), foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. No Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Afirmando o direito à educação de todos os alunos com deficiência, no documento diz que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial. Para isso é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação a todos os deficientes, como parte do sistema educativo, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência. (FUMEGALLI, 2012).

Mas que só foi iniciada a partir da Declaração de Salamanca, elaborada na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha em 1994. O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. Lá, os líderes de mais de oitenta países incluindo o Brasil, reafirmaram o compromisso com a educação para todos, portanto o conceito de educação inclusiva surgiu com:

A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. (MENDONÇA, 2015, p. 4).

A Declaração de Salamanca (1994) deixa claro que o intuito da educação inclusiva é de acolher e ensinar todos os alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, devem acolher deficientes e superdotadas, tanto as que vivem na rua como as que de alguma maneira já exerçam uma função e trabalham. Assim também como as de origem remota ou de população nômade e as que pertencem a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados. Em se

tratando da escola, o documento seria destinado ao governo no sentido de contratação de educadores para que desenvolvessem atividades envolvendo a comunidade como um todo.

Desta forma, a declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), defende que todos os alunos têm o direito de aprenderem juntos, ou seja, na mesma classe em que estão inseridos, independente de suas capacidades, reafirmando também com veemência o direito de todas as pessoas expressarem seus desejos em relação à educação, respeitando o desejo dos pais, os consultando sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos. E, ainda, a Declaração de Salamanca defende o princípio de que:

O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 13).

A partir de 1961 – Lei Nº 4.024, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (este termo está em discordância com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

Em 1971 cria-se a Lei Nº 5.692, sua criação se dá no período da ditadura militar (1964-1985) a qual substituiu a anterior. Seu texto dizia que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deveriam receber tratamento especial”. As normas deveriam estar em concordância com as regras fixadas pelos Conselhos de Educação. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 208, III trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

A Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que traz em seu texto a dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. O texto garante o acesso de material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo para as crianças.

Em 1990 cria-se a Lei Nº 8.069, mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esta garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. (UNESCO, 1994).

Com a Política Nacional de Educação Especial de 1994, em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada “integração instrucional”, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência)”. Ou seja, a política excluía que grande parte dos alunos com deficiência do sistema regular de ensino, “empurrando-os” para a Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para fazer o atendimento da clientela de Educação Especial”. Que ele será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular. Essa foi uma ação resultada da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9394 de 1996, no cap. V, que estabelece no:

Art. 58º - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela lei no 12.796, de 2013).

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei no 12.796, de 2013):

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades.

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

A LDB (BRASIL, 1996) nos dar um melhor entendimento a respeito da educação especial no Brasil, é importante analisar a história dessa modalidade de ensino que se dividiu em três períodos, sendo o primeiro entre 1858 a 1956, que foi marcado por iniciativas oficiais e particulares de forma isolada. Já no segundo período de 1957 a 1993, ficou definido que as ações passariam a ser desenvolvidas em âmbito nacional pelo governo federal com a criação de campanhas voltadas para a finalidade de atender cada uma das deficiências. Neste período é importante destacar que ocorreu a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, entre outras campanhas que foram criadas posteriormente para atender outras deficiências. No terceiro período que iniciou em 1993, ficou caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar. (SANTOS, 2015).

Com a Lei de 1996 – Nº 9.394 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial.

Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O Decreto Nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do País. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

A Lei Nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001b), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), houve críticas por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante.

No texto da Resolução do CNE/CEB Nº 2/2001, instituíam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001, p. 69). A Resolução CNE/CP Nº 1/2002, esta dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

Em 2002 temos um grande avanço com a criação da Lei Nº 10.436/02 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em 2005 com o Decreto Nº 5.626/05 regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002 (link anterior). Em 2006 o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

No ano de 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (BRASIL, 2007b), no âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares da formação docente e das salas de recursos multifuncionais. Ainda no Decreto em seu texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.

Em 2008 cria-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b), um documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos”. Também em 2008 cria-se o Decreto Nº 6.571 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade.

A Resolução Nº 4 CNE/CEB/2009 tem como foco orientar o estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contra turno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumpram o Decreto Nº 6.571.

O Decreto Nº 7.611/2011 revoga o de Nº 6.571/2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a Educação das pessoas público-alvo da

Educação Especial. Entre elas, determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis e que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional e determina que o ensino fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.

Até 2011 com Decreto Nº 7.480, os rumos da Educação Especial e Inclusiva eram definidos na Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação (MEC). Hoje, a pasta está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Plano em 2014 tinha como meta que tratar o tema no atual PNE, como explicado anteriormente, é a de número 4. Sua redação é: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. Quando se fala em preferencialmente subentende-se que o aluno com deficiência deva ser matriculado somente em classes especiais.

Em 2019 através do Decreto Nº 9.465 Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

2.2 Os marcos legais sobre educação inclusão no Brasil (legislação e diretrizes)

Atualmente tem se falado muito sobre inclusão em nossa sociedade, estamos vivendo em uma época em que todos têm respeito à diversidade e direito à participação em sociedade de cada pessoa, por tanto definindo a inclusão escolar como forma de todas as pessoas, sem exceção, terem acesso ao sistema de ensino sem distinção de classe social, gênero, religião condições físicas e psicológicas entre outras características estendendo a todos os indivíduos. Segundo Mantoan (2003, apud FUMEGALLI, 2012, p.18), “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção.

De acordo com a história, as pessoas com deficiência eram excluídas do meio social sendo consideradas diferentes, fora dos padrões determinados pela sociedade, marcadas pela rejeição. Nos Estados Unidos, por exemplo, em aproximadamente 1800, a maioria dos alunos com deficiência não tinham direito a educação, embora participassem da comunidade. Sendo também excluídos outros grupos como as crianças afro-americanas, nativos americanos e alunos com deficiência mental visível que eram educados em escolas separadas. De acordo com FUMEGALLI (2012) há referências sobre a legalização do infanticídio das crianças deficientes até o século IV. Do mesmo modo que durante a antiguidade predominava o abandono e a eliminação dos deficientes, que no tempo da Idade Média eram consequências da ação demoníaca, considerados pela igreja como um castigo merecido aos pais.

O fato é que só houve preocupação com a educação das pessoas com deficiência na Idade Contemporânea, onde ocorreu o aumento dos discursos em defesa das diferenças das pessoas que viviam isoladas da sociedade, sequelas que foram deixadas até os dias de hoje. Contudo, foi em razão dessas sequelas que despertou à reação da sociedade com movimentos em prol dos direitos dos menos favorecidos como os deficientes. No Brasil, em até aproximadamente a década de 50, não se falava em educação especial, mas sim em educação de deficientes.

(FUMEGALLI, 2012). A educação especial no Brasil era tratada de forma solitária, e ainda segundo Fumegalli:

A Educação Especial passa, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo excepcional passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento. (FUMEGALLI, 2012. p. 8).

Na década de 70 ao ser constatado a necessidade de integração social dos indivíduos que apresentam deficiência, foram criadas as classes especiais, com o objetivo de integrá-los aos ambientes escolares, onde foram registrados avanços em relação a conquista da igualdade e do exercício de direito envolvendo cada vez mais a comunidade para que o estado aos poucos reconheça a Educação Especial com responsabilidade e dever. Mas que em 1971 esta lei foi alterada pela Lei nº 5692/71 “que definiu o encaminhamento para escolas especiais de alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. (BERETA; VIANA, 2014, p. 118).

No final da década de 80, surge o movimento de inclusão para desafiar qualquer situação de exclusão, se baseando na igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, desta forma incluindo a instituição escolar. Movimento no qual tem como princípios o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e valorizarem a diversidade, de maneira que todas as diferenças passem a fazer parte da construção da aprendizagem no ambiente escolar.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser estabelecido pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta que a educação dos “excepcionais” deve ajustar-se preferencialmente dentro do sistema geral de educação. Com a finalidade da educação dos deficientes ser feita por meio de classes especiais, instituições e oficinas separadas do ensino regular, acentuando as diferenças de cada indivíduo, mesmo com a possibilidade de desenvolver habilidades que a escola regular não conseguia.

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, tendo como objetivo

sustentar as ações voltadas para os estudantes deficientes e estudantes com superdotação. Enfatizando que até a sua criação o que ocorriam eram eventos isolados em relação aos deficientes. Em 1988 a Constituição Federal (BRASIL, 1988), estabeleceu a igualdade de condições de acesso e permanência na escola que garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino trazendo como objetivo o bem de todos sem que aja qualquer tipo de preconceito ou outras formas de discriminações, garantindo educação a todos. (BERETA; VIANA, 2014)

Não é por falta de leis a garantia dos alunos especiais em sala de aula, de fato se tem muitos apoios que asseguram a inclusão dos alunos com necessidade especiais em sala de aula, mas nem com toda essa atenção jurídica a escola em toda a sua trajetória foi pensada em atender a diversidade, de certo a escola regular oferece toda uma estrutura mais confortável, sendo que o número de alunos com deficiência foi ampliado.

Com essa ampliação a escola se limita aos profissionais que não são, ou poucos capacitados, para receber alunos com vários tipos de limitações e pela falta de materiais didáticos, tecnológicos ou até mesmo a estrutura física do ambiente sem preparação no qual os alunos são inseridos. Mesmo sendo uma educação sem diferencial para os alunos com necessidades educacionais especiais, eles requerem um trabalho específico diferenciado dos outros alunos, considerando esse aspecto é necessário que o educador conheça a característica de cada aluno, diante disso:

Incluir alunos com deficiência requer ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem. Esse processo é concebido como um conjunto de procedimentos que visa oferecer experiências de aprendizagem adequadas aos diferentes níveis de comunicação, de possibilidades motoras, cognitivas, sócio emocionais e de vida diária, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos. É a escola que se modifica para que o aluno obtenha êxito na aprendizagem e adquira conhecimento. (FUMEGALLI, 2012, p. 36-37).

Esses ajustes são fundamentais para que o aluno tenha segurança do que é repassado em sala de aula, é necessário também que o professor receba formação adequada para ele possa se diversificar, já que é a peça fundamental para que a inclusão realmente aconteça. É importante ressaltar que:

A capacitação docente é um dos meios de começar a mudança na qualidade do ensino para criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais, dentre outras. A formação de professores para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais não deve se restringir a torná-los conscientes das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo. (DELLANI; MORAES, 2012, p. 9).

Os autores deixam clara a importância que o professor precisa obter através de conhecimentos que sejam baseados em conteúdos que irá trabalhar com os educandos, respeitando seu tempo, suas necessidades e seus limites. É primordial que ao empregar determinada metodologia este esteja seguro do que fará com a turma para ter domínio do que irá desenvolver para que estes alunos não se sintam rejeitados e/ou discriminados, pois [...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (MITTLER, 2003, p. 35).

Para tanto, a inclusão escolar é a acolhida de todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. As instituições de ensino devem se preparar para oferecer atendimento especializado que atenda aos alunos com deficiência, pois a educação para todos é uma questão de direitos humanos e a educação inclusiva vem trazendo essa definição. O ambiente escolar precisa estar preparado para a chegada desse educando, pois ele tem que sentir-se bem e seguro para receber essa educação.

2.3 Fundamentos do Ensino Inclusivo

A escola traz com consigo um árduo trabalho de se reinventar para proporcionar as crianças oportunidades de aprender e a desenvolver-se para cuidar umas das outras, e assim conquistarem habilidades e valores necessários para o apoio da comunidade na inclusão de todos os cidadãos, e para que haja a realização de um ensino inclusivo de qualidade que beneficie todos os alunos. A educação para todos é uma questão de direitos humanos e a educação inclusiva vem trazendo essa definição.

“Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. (KARAGIANNIS; STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 21).

Segundo os autores, quando os efeitos positivos são comparados aos efeitos negativos da exclusão, evidencia uma sensação de isolamento aos alunos com deficiências em ambientes segregados. O que tem sido observado é que quando existe um planejamento adequado a inclusão funciona com atitudes positivas em relação ao desenvolvimento de alunos com deficiências, no momento em que são orientados e direcionados em ambientes integrados por parte dos adultos para todos os alunos com ou sem deficiência. Para Karagiannis et. al. (1999, p. 23). “Os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares”. Mostrando que há vários benefícios em crianças a partir do relacionamento com seus colegas durante a sua vida escolar.

Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real”. Igualmente importante, seus pares e também os professores aprendem como agir e interagir com eles. (KARAGIANNIS et. al., 1999, p. 25).

Desta forma, faz-se mais evidente os benefícios das escolas inclusivas, do que os benefícios relacionados às turmas segregadas que alienavam os alunos, e quanto mais tempo o aluno passa em ambientes inclusivos, melhor é o desenvolvimento desse aluno em seu âmbito educacional e social. E para que o aluno inclusivo tenha desenvolvimento social não está em questão se os alunos devem ou não receber professores qualificados e sim, em oferecer os serviços que cada aluno necessita em ambientes integrados, e durante essa transformação do ensino, os professores têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades profissionais em um clima de coleguismo, de colaboração e de apoio de colegas.

São muitos os benefícios para os professores e dentre eles os autores citam a oportunidade que os eles têm de planejar e conduzir a educação como parte de sua equipe, e o trabalho em parceria com os demais colegas ajudar a melhorar suas

habilidades profissionais, “a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais”. (KARAGIANNIS et. al., 1999, p. 26-27).

Em contraposição as experiências passadas de segregação, a inclusão escolar, reforça a prática de que é essencial que todos sejam aceitos e respeitados, dentro de uma sociedade que está cada vez mais em fase crítica de evolução, sendo considerado discriminatório o fato de que, um aluno com deficiência tenha que conquistar um direito que é seu, de ser incluído no ensino regular. Para isso, se torna imprescindível à preparação das instituições escolares a fim de promover uma aceitação social mais ampla entre as escolas. A exclusão dos deficientes só é um reflexo da segregação passada, quando os alunos com deficiência eram vistos como obstáculos nas escolas e nas salas de aulas, pois necessitavam possuir habilidades para enfrentar as rigorosas exigências acadêmicas e disciplinares. Contudo achava-se que a presença do aluno deficiente prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos, pois tinham a visão de que as pessoas com deficiência não poderiam atender as exigências que a sociedade impõe.

Para que tenhamos igualdade social com o intuito de ajudar os outros, temos que garantir que os alunos com deficiência sejam apoiados e tornem-se participantes e colaboradores no bem-estar dessa nova sociedade que se encontra cada vez mais diversificada, onde “o ensino inclusivo ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes. Colocar os alunos com deficiência em escolas ou classes especiais impede esta socialização benéfica e transmite uma mensagem destrutiva de intolerância”. (KARAGIANNIS et. al., 1999, p. 29).

E se de fato queremos uma sociedade justa e igualitária em que as pessoas tenham o mesmo valor e os mesmos direitos, precisamos reavaliar a maneira como atuamos nas escolas e proporcionar aos alunos deficientes as oportunidades e habilidades para participar dessa nova sociedade que está surgindo. (KARAGIANNIS et. al., 1999). E ainda segundo os autores nos últimos anos, a mudança diz respeito aos serviços de educação especial e o modo como são oferecidos, provém em decorrência do deslocamento do paradigma que esteve em vigor desde a década de 1970, que estabelece que “todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, devem ter o direito de frequentar a escola do seu bairro,

que deve estar adaptada às necessidades da diversidade de seus alunos”. (KARAGIANNIS et. al., 1999, p. 30).

Estes alunos com limitações funcionais que não eram bem sucedidos ou que não se adaptavam aos programas existentes eram destinados a viver em ambientes segregados. Embora aos poucos o *grupo minoritário* reivindique que os ambientes educacionais sejam adaptados, melhorados e preparados para que atenda todas as diversidades de seus alunos. Vale enfatizar, que com a expansão da inclusão não se pode justificar os cortes orçamentários, pois o principal objetivo, não é economizar e sim servir adequadamente todos os alunos e professores.

2.4 A Inclusão como uma Força para a Renovação da Escola

A inclusão pode ser vista pelos alunos, pais, professores e diretores como uma força cultural para a renovação da escola, mas só traz efeitos positivos para a inclusão de alunos com deficiência na escola, no momento em que as pessoas envolvidas percebem as discrepâncias entre o que eles querem fazer e o que permitem os atuais limites, relacionamentos e estruturas, e adaptarem os próximos passos para a inclusão. E para seguir como exemplo é necessário que professores de educação especial e os de educação regular, trabalhem em conjunto e percebam que devem trabalhar em prol de um relacionamento bem mais cooperativo do que as estruturas podem suportar. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999).

E para que esse sentimento de pertencimento de comunidade seja alcançado, os esforços devem ser conscientes, e diante disso para construir uma comunidade, requer um trabalho mais criterioso, logo que nas comunidades podem também haver desigualdades, e entre os membros da comunidade pode existir conflitos. “Os membros da comunidade podem envergonhar e ameaçar uns aos outros com papéis claustrofobicamente estreitos. Uma comunidade pode alimentar seu sentido de unidade com ódio da diferença”. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999, p. 52).

Desta forma, a escola busca pelos relacionamentos respeitosos, e o compartilhamento nas oportunidades e resoluções justas dos possíveis conflitos entre os membros envolvidos na comunidade. As escolas de bairro se tornam diversificadas, quando os alunos com deficiência importante, se tornam conscientes

das oportunidades que a vida escolar lhes proporciona, contribuindo com sua presença nas atividades das escolas da comunidade, como desta os autores:

Os alunos com deficiências importantes podem dar uma contribuição peculiar para a construção da comunidade na escola precisamente porque sua presença nas salas de ensino regular, nos programas de educação profissional e nas atividades em geral tem sido, para a maioria das pessoas, impensável. Se as escolas de bairro são locais onde os alunos podem aprender juntos com sucesso, apesar das diferenças óbvias e extremas nas suas habilidades, elas devem ser lugares muito mais diversificados do que muita gente pensa. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999, p. 52).

A contribuição própria dos alunos que revelam seus diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, para que assim torne segura uma educação de qualidade mediante estratégias de ensino em parceria com a comunidade. Percebe-se que a construção da comunidade consciente torna-se um novo sentido para a escola, com a promessa da inclusão, pois compreende questões sobretudo humanas, e para ocorra uma aprendizagem interpessoal é necessário que os professores que se encontram ansiosos em relação a inclusão, identifique seus próprios medos de serem inadequados para os alunos, só assim pode despertar a necessidade das novas habilidades na elaboração de um planejamento construtivo para poder lidar com as diferenças. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999).

“A inclusão dos alunos com deficiências importantes oferece ricas oportunidades para que sejam expostas e desafiadas algumas suposições fundamentais que podem prejudicar a eficácia da escola. O caminho mais seguro para a exposição dessas suposições fundamentais começa por uma exploração cuidadosa dos conflitos que polarizam as pessoas em torno da questão”. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999, p. 58).

Os autores descrevem que a criatividade compartilhada pelas pessoas envolvidas no trabalho é um dos determinantes para a conquista da aprendizagem interpessoal. Demonstrando que as emoções ligadas a esses conflitos geralmente criam reações que impedem a criatividade e limitam a inclusão como uma força para a renovação da escola. Considerando uma suposição sobre o que realmente promoveria esses conflitos e qual a única resolução possível para obter um melhor resultado, na hipótese de ter mais práticas em sala, com um possível declínio nas atividades.

Além da criatividade em sala de aula, percebe-se que há uma competição entre crianças importantes e crianças sem deficiência, e a fonte desse conflito é

dividida em duas suposições que podem impedir a construção de uma comunidade escolar inclusiva, quando os autores colocam na primeira que os alunos são melhores compreendidos como consumidores passivos de programas planejados por adultos ou não cumpridores de programas planejados por adultos e a segunda quando a escola é totalmente controlada por adultos. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999).

O'Brien e O'Brien (1999), colocam a escola como uma fábrica de educação e que os alunos são vistos como matérias-primas e transformados em trabalhadores dispostos e bons cidadãos, mas que entram em conflito com a ideia da escola ser uma comunidade de aprendizes conscientes, onde os alunos encontram as informações necessárias para a sua educação, pois a experiência desses alunos e professores envolvidos proporcionam razões para questionar ambas as suposições, cuja a presença dos alunos se torna impensável nas salas de aula regulares, devido a sua incapacidade de poder contribuir mais do que os outros para a construção de uma comunidade de aprendizes ativos. Ainda segundo O'Brien & O'Brien, (1999, p. 61):

Os alunos com deficiências importantes podem despertar fortes emoções e energias humanas. Alguns alunos, professores e pais recebem bem as difíceis tarefas que surgem da presença desses alunos. Outros reagem ao medo e esforçam-se para manter o controle, "saneando" a turma e livrando-a de diferenças importantes. Para trabalhar com a confusão, com a impossibilidade de controle, com a emoção e com a escuridão despertada em muitos adultos pela presença de algumas crianças com deficiências importantes, aqueles que desejam criar comunidades inclusivas precisam refletir sobre o significado da educação, como ela pode ser melhor ministrada e como ela pode ser subvertida.

A reflexão sobre o significado da educação e entender como ela pode ser trabalhada com os alunos com deficiências, é o início para a redução do preconceito que ainda assombra as pessoas inseguras e para que dê certo é preciso que todos os envolvidos cooperem juntos em prol do objetivo de criar comunidades inclusivas e com isso:

Os alunos com deficiências importantes e seus pais podem liberar a criatividade de uma comunidade escolar. Para isso, é necessário coragem para renegociar limites, relacionamentos e estruturas familiares, compromisso de buscar o caminho enfrentando as dificuldades que surgem e força para renovar o sentido da comunidade, quando se estiver sendo ameaçado. (O'BRIEN & O'BRIEN, 1999, p. 65):

Além do apoio da comunidade escolar é necessário estimular o relacionamento entre os alunos deficientes e seus responsáveis. Percebe-se que

nos dias atuais, ainda há certa resistência à aceitação do diferente, principalmente quando se trata de um aluno com deficiência. Sendo possível perceber que ainda falta muito para que se tenha uma sociedade que seja totalmente inclusiva, porém o processo inclusivo só dar certo se todos os agentes envolvidos no processo de inclusão como os pais, comunidade e alunos trabalharem em conjunto, no qual não só os alunos inclusivos saem ganhando, mas sim toda a sociedade através de uma educação de educação qualidade.

3 RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO

3.1 Contextualizações da escola pesquisada

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Maria Amoras, localizada no município de Acará, na Travessa Luiz Miranda nº 629 no bairro do Cacoal, tem como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), atualmente atende um total de 442 alunos da zona urbana e rural que são distribuídos nos três turnos (manhã, tarde e noite) e um total de 62 funcionários, sendo que o corpo docente é formado por 27 professores, sendo 01 professora cuidadora, 02 coordenadoras pedagógicas, 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 secretaria e serviço de apoio.

A escola trabalha em parceria com o conselho escolar, e com projetos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da educação - FNDE, como Mais Alfabetização que foi criado pela Portaria 142/2018 e, norteado pela Resolução nº 7, de 22 de março de 2018. É voltado exclusivamente para o apoio aos professores que atuam no 1º e 2º anos do ensino fundamental, que pode contar com o apoio as ações em sala de aula um assistente de alfabetização para auxiliar nas ações de desenvolvimento da linguagem e escritas os educandos, também há o Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma Estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.

Por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Foi um Programa implementado no ano de 2018 por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.

O Programa tem por finalidade contribuir para a: I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular; IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Em relação a sua estrutura, é um espaço físico cedido pelo município com uma área toda murada constituída de: nove salas de aula, uma sala de recurso multifuncional – AEE, um banheiro com acessibilidade, dois banheiros de funcionários, um laboratório de informática mantido pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO, um laboratório de ciências, uma sala de leitura, um banheiro masculino e um banheiro feminino para alunos, uma diretoria e coordenação pedagógica, uma secretaria, uma cozinha, um refeitório, um depósito de merenda, um depósito de materiais pedagógicos e um espaço lúdico para atender os alunos.

A referida escola foi idealizada a partir da necessidade do bairro, pois havia muitas crianças sem estudar devido às dificuldades que muitas famílias enfrentavam por morarem no bairro afastado do centro da cidade onde tinha a escola mais próxima. O nome dado à escola presta homenagem a uma professora leiga que muito contribuiu com a educação do município de Acará. No ano de 1998 a escola funcionava no barracão da comunidade Nossa Senhora de Nazaré no Bairro do Cacoal, espaço este cedido pela comunidade de mesmo nome e, somente no ano 1999 ela foi construída.

A organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, pode ser planejada, organizada e controlada de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. As escolas que operam nesse modelo dão muito peso à estrutura organizacional: organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, centralização das decisões, baixo grau de participação das pessoas que trabalham na organização, planos de ação feitos de cima para baixo. Este é o modelo mais comum de funcionamento da organização escolar.

3.2 Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada se deu sobre uma perspectiva de abordagem qualitativa, que de acordo com Chizzotti (2001, p. 79) “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. A pesquisa qualitativa objetiva avaliar e incluir o resultado do comportamento do sujeito em seu contexto cultural e histórico na medida em que elas acontecem. Ainda segundo Chizzotti:

Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto e do iletrado, do delinqüente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais. Procura-se compreender a experiência que eles têm as representações que formam e os conceitos que elaboram. (CHIZZOTTI, 2001, p. 84).

O autor enfatiza que o pesquisador é uma peça fundamental na pesquisa qualitativa e para que ele possa alcançar os objetivos desejados, deve se eximir de qualquer tipo de preconceito e tentar compreender o comportamento de todos os envolvidos na pesquisa. E para dar ênfase na metodologia qualitativa Lüdke apresenta cinco características básicas:

- 1) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- 2) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- 3) A preocupação do processo é muito maior do que com o produto;
- 4) O “significado” que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- 5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (LÜDKE, 1986, p.11-3)

Com base nessas características, a pesquisa qualitativa estimula a participação do entrevistado a pensar. A partir dos objetivos indicados a pesquisa configura-se em um estudo de caso, conforme André (2013), que iniciou em meio aos estudos da sociologia e antropologia no final do século XIX e início do século XX, com Frédéric Le Llay, na França, Bronislaw Malinowski e membros da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. Com o propósito de se aplicar em diferentes áreas de conhecimento, buscando estudar a vida em sociedade, a partir do estudo de um caso. E de acordo com André:

O interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo. (ANDRÉ, 2013, p.97).

Dessa forma poderei observar como ocorre o atendimento dos alunos especiais no dia a dia, para isso buscarei conhecer a rotina dos professores e entrevista-los de acordo com as dificuldades e funcionalidades do ambiente escolar. Ludke; André (1988) trazem algumas características fundamentais do estudo de caso, e entre elas destacam a visão da descoberta, onde o investigador parte do pressuposto teórico em que ele se manterá atento a novos elementos que podem surgir durante o estudo.

Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, o pesquisador procura revelar a diversidade de dimensões presentes em uma determinada situação ou problema, focando como um todo. Usa uma variedade de fontes de informação, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos e situações e com vários tipos de informantes. E ainda, procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social, quando o objeto ou situações estudadas podem acarretar opiniões divergentes, o pesquisador vai trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando seu próprio ponto de vista sobre a questão.

3.3 Observação feita na sala do AEE

O primeiro contato para a realização da observação participativa na escola Maria Amoras se deu na companhia do meu orientador, professor Dr. Raimundo Nonato Falabelo, foi neste momento que pedimos autorização para que eu pudesse realizar a observação participativa na escola. Conversamos com a Vice – gestora que nos atendeu de maneira receptiva, autorizando a minha ida a escola. Em seguida fomos apresentados as docentes da sala do AEE - Atendimento Educacional Especializado, que foi de maneira fácil, pois elas foram muito

hospitaleiras, inclusive relatando que estavam dispostas a ajudar, lembrando que em suas graduações passaram pela mesma experiência.

Na sala a professora relatou que de segunda a quinta feira ela fica na sala do AEE com os alunos que ela dar suporte e na sexta feira ela e sua colega de sala se reúnem para fazer o planejamento da semana seguinte. Para FREIRE (2005, p, 58) “O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras”. Conforme afirma Minetto, para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p, 101)

O atendimento dos alunos é feito nos dois turnos, ou seja, (quem estuda pela manhã é atendido a tarde e quem estuda a tarde é atendido pela manhã), e somente dois alunos são atendidos no horário normal de aula, pelo fato de residirem na zona rural e dependerem de transporte. Cada aluno é atendido no máximo duas vezes por semana, uma vez que a escola possui alunos com variadas deficiências, sendo que os alunos Roberto e Diana são atendidos a domicilio. Pude observar que a entrada dos alunos acontece de maneira tranquila e ao chegar a sala do AEE as professoras Ivone e Liane, são bastante receptivas com seus alunos. O aluno Kauê ficou um pouco tímido com a minha presença, mas aos poucos foi se soltando, ele é deficiente intelectual.

Nesse dia a professora propôs como atividade confecção de máscaras juninas com o auxílio de material reciclável, pois era a semana do meio ambiente, ela explicou ao aluno sobre a conscientização do meio ambiente. Enquanto o aluno Kauê iniciava os recortes de papel para a confecção da máscara junina, o aluno Alexandre chegou um pouco atrasado, ele também possui deficiência intelectual, a professora explicou novamente para Alexandre sobre a conscientização do meio ambiente e iniciou as atividades.

Eles concluíram as atividades antes de iniciar o intervalo e no termino do intervalo chegou a aluna Daniele que também possui deficiência intelectual e a

professora novamente explicou a atividade para a aluna. Foi nítido que no primeiro dia todos os alunos se mostraram tímidos com a minha presença em sala. A professora da turma tinha sempre o cuidado de explicá-los o motivo de eu estar na sala deles. No dia seguinte a professora Ivone fez uma atividade sobre do meio ambiente com o tema “amigos do planeta terra” e em seguida colou no caderno do aluno para que ele completasse.

Para explicar ao aluno ela se dirigiu a um calendário que fica colado na parede da sala, pois ele se encontrava um pouco confuso em relação ao dia, mês e ano. Enquanto isso a professora Leliane propôs a atividade de colagem para a aluna Luciana, o mesmo que haviam feito no dia anterior, ela é um pouco tímida, ela recorta e cola calmante os materiais recicláveis. Assim que Cleiton termina atividade a professora coloca um vídeo no computador relacionado ao meio ambiente.

Antes do vídeo a professora Ivone explica ao aluno as causas que a destruição ambiental faz e a importância de cuidar do meio ambiente. Inicia o intervalo, os alunos merendam e vão para suas casas. No segundo tempo entrou o aluno José e a professora Ivone explicou novamente a atividade, ele iniciou pintando uma fogueira junina e após a atividade ele foi assistir a um jogo educativo novamente sobre o meio ambiente. Nesse dia faltaram na aula as alunas Layana e Fabiana.

No dia seguinte aula iniciou normalmente no primeiro tempo e chegou a aluna Patrícia, como atividade confeccionou uma caretinha de carnaval com material reciclável, me propus a ajudá-la e ela aceitou, mesmo demonstrando muita timidez e um olhar de tristeza, perguntei a professora se ela era sempre assim, ou se era por causa da minha presença, a professora disse que não, que normalmente é bem animada, e em seguida a professora a indagou o que tinha lhe acontecido para ir triste para a escola, ela falou “eu não consigo enxergar direito, eu tenho muita dificuldade para copiar do quadro e falo para a minha mãe e ela nem liga, liga para as outras coisas”.

A professora explicou que Patrícia é deficiente intelectual e ainda está em tratamento, pois ela tem problema na visão, outra possível deficiência, e além de tudo ela tem que fazer uma cirurgia de urgência, mas sua mãe não pôde levá-la no dia marcado para a cirurgia, teria que remarcar a cirurgia novamente, porém a professora explicou que a mãe realmente não se interessa muito nos assuntos relacionados a

deficiência da filha. Ela já foi chamada várias vezes atenção pela escola, mas não se preocupa com isso.

Para que Patrícia se alegrasse a professora propôs um jogo das letras, no qual participei com ela. No decorrer do jogo demonstrou bastante dificuldade em formar pequenas palavras. Neste mesmo dia os alunos Alexandre e Ellen confeccionaram matérias recicláveis referentes ao meio ambiente, no qual a professora explicou que o 5 de junho é dia do “Meio Ambiente” em seguida aplicou atividade para ambos. Pude observar que Ellen é bastante imperativa e Alexandre é um pouco mais calmo. Também observei que nem todos os alunos vêm para aula no horário marcado e isso faz com que o tempo deles no AEE seja um pouco mais curto, outra observação naquela sala é que a maioria dos alunos com deficiência intelectual são canhotos.

É interessante que a professora auxilia seus alunos durante a merenda para depois encaminhá-los para suas residências. Depois da aula perguntei a professora Ivonete como é detectada a dificuldade dos alunos na escola, ela explicou que a dificuldade do aluno em sala é detectada pelo(a) professor(a) na sala de aula regular e encaminha para assistência social que envia o aluno para avaliação médica para obter o laudo e em seguida eles começam a frequentar a sala do AEE.

A professora explicou que mesmo o aluno ainda não ter realizado os exames, os médicos sempre pré-dispõem um laudo inicial para que o aluno já inicie com o atendimento no AEE e sempre que um aluno é encaminhado para a avaliação médica pela escola ele é detectado com algum tipo de problema. Ela explicou que ainda há muita resistência por parte dos pais em levar o filho ao médico a fim de conseguir o laudo adequado, esse é um dos motivos de haver muitos alunos sem laudo médico na sala do atendimento especializado. Pois:

[...] os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles alunos que por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização exigem uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (COLL, PALÁCIOS & MARCHESI, 1995, p. 11).

Uma das atividades realizadas com os alunos foi um ditado de palavras relacionado a uma atividade que a professora da turma regular pediu que as professoras do AEE repetissem, pois ela queria tirar algumas dúvidas em relação a escrita e leitura de Luciana. A professora iniciou ditando as letras para que os alunos

Luciana e Cleiton formam-se as palavras, Luciana falou que não conseguia aprender, pois errava muito.

Então a professora explicou que é errando que aprende, e após a professora mostrou-me a atividade de Luciana a escrita de Luciana e Cleiton e pude observar que ambos trocam algumas letras e ainda não conseguem identificar todas as letras do alfabeto e que a de Luciana é mais compreensível. Já para o aluno a professora iniciou ditando com algumas palavras para que copiasse no caderno, ele copiou algumas. Percebe-se que José ainda não conhece todas as letras do alfabeto.

Referente às sextas feiras que é o dia do planejamento das professoras do AEE. Pude observar que elas chegaram às 7h, dando bom dia, conversaram sobre a frequência dos alunos. Enquanto a professora Liane cuidava de organizar as tarefas das próximas aulas a professora Ivone me repassou a documentação dos alunos. Em algumas pastas continham cópias de comprovantes de residência, certidão de nascimento, RG, CPF, histórico escolar, laudos médicos, atestados médicos, receitas médicas entre outros documentos.

Desta forma pude analisar e verificar várias informações como idade, série e o código da especialidade de cada aluno, ressaltando que ainda existem muitos alunos frequentando o atendimento educacional especializado sem laudo médico. Como são muitos alunos não foi possível averiguar tudo em um só dia, seria necessário voltar em outro momento para concluir a análise. Pode-se perceber que diante de tal complexidade no processo de inclusão, faz-se necessário e é importante a formação dos professores, pois virão contribuir para as mudanças necessárias que hoje são exigidas pela educação inclusiva. Neste sentido Pimenta defende que:

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Não é importante só a figura do professor na sala de aula, mas a família dos alunos com necessidades educacionais especiais tem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, pois a função da escola, família

e comunidade é de suma importância, é por meio desse envolvimento participativo juntamente com os professores que surge a chance poder dar o melhor para os seus educandos na perspectiva da inteiração e troca de informações, possibilitando o melhor aprendizado baseado numa compreensão inclusivista.

3.4 Sujeitos das entrevistas

Buscando compreender melhor como se deu o processo de inclusão no local de pesquisa fez-se uso da entrevista semiestruturada, sendo possível extrair resultados para as questões previamente elaboradas, podendo modificá-las ou adicionar uma questão dependendo da espontaneidade do entrevistado. DUARTE (2004, p, 219). “Por outro lado, muito do que nos é dito é profundamente subjetivo, pois se trata do modo como aquele sujeito observa vivência e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.”.

Os sujeitos da pesquisa são três professoras; as mesmas me possibilitaram conhecer as práticas pedagógicas em diferentes contextos dentro da sala de aula e assim descrever as práticas vivenciadas durante a pesquisa e interpretar as ações e relações dos atores sociais pertencentes ao grupo investigado. Para coleta de dados fez uso da observação e da entrevista semiestruturada. Na observação participante o pesquisador tem como ambiente natural sua principal fonte de pesquisa e o pesquisado como o principal instrumento, apresentando uma série de vantagens, nesta abordagem de pesquisa o pesquisador desfruta do contato direto com o ambiente em que está sendo investigado.

Onde procurarei presenciar o maior número de situações que se apresentem princípios para a coleta de dados, verificando como se desenvolvem as interações entre professor, alunos e os conteúdos programáticos, identificando se a professora realiza adaptações nas atividades procurando atender aos alunos que por algum motivo não possa acompanhar o restante da turma, contudo o “observador como participante” é um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início”. (LUDKE; ANDRÉ, 2015, p. 34)

E através da entrevista semiestruturada extrair resultados para as questões previamente elaboradas, podendo modifica-las ou adicionar uma questão

dependendo da espontaneidade do entrevistado, assim apresentar de forma clara o desenvolvimento e os objetivos de cada etapa a ser seguido, delineando o perfil do professor e do aluno no espaço investigado. “Por outro lado, muito do que nos é dito é profundamente subjetivo, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivência e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.” (DUARTE, 2004, p .219).

Os sujeitos das entrevistas foram duas coordenadoras pedagógicas onde a primeira como coordenadora da educação especial/inclusiva na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que será identificada como Maria, e a segunda coordenadora pedagógica que atua na Escola Maria Antonieta de Paiva, que será identificada como Marcia e três professoras que trabalham em turma que têm alunos com necessidades educacionais especiais.

As análises apresentadas a seguir são resultantes da coleta de dados, acompanhados do estudo das práticas pedagógicas nas turmas que têm alunos com necessidades especiais da Escola Maria Amoras no município de Acará (PA), mediante as respostas obtidas por meio dos questionários semiestruturados aplicados aos docentes, técnicos pedagógicos, direção da escola e as observações feitas em sala de aula, percurso que culminou nos resultados que foram obtidos durante a pesquisa de campo, através das respostas dos sujeitos já citados neste texto, sendo que foram 2 professoras de turma regular 1 professora do AEE e 2 técnico pedagógico, 1 diretora totalizando 6 entrevistados. (Segue modelo dos questionários em anexo).

3.5 Categoria – Professores

As professoras entrevistadas que vamos chamá-las de A e B foram objetivas em suas respostas:

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?

Licenciada em Pedagogia, especialização em Educação Especial com ênfase na Inclusão feita em 2009. 21 anos de magistério, iniciei no antigo Ruth Passarinho que era o Antigo Casulo, que hoje funciona a escola Shallon. (PROFESSORA A).

Licenciada em Pedagogia, especialização em Educação Especial com ênfase na Inclusão. 36 anos de magistério e há 19, somente na escola Maria Amoras. (PROFESSORA B).

2. Você recebe ou recebeu formação continuada para trabalhar com aluno deficiente?

Para trabalhar eu corri atrás que na época estava iniciando esse processo de inclusão quando eu vim pra cá, ai tinha que ter né, eu corri atrás, mas todo tempo a gente tá fazendo curso, mês passado agente foi pra Abaetetuba para uma formação então a gente tem que tá se atualizando né, aqui no município no início desse ano, em relação a educação especial eu participei de uma palestra para passar alguns informes em relação a secretaria. (PROFESSORA A).

Quem eu lembre não, só a especialização que fiz particular. (PROFESSORA B).

Segundo BUENO (1999), a formação de professores de educação especial no Brasil, só foi “elevada” ao nível superior, a partir de 1969 com o parecer N. 295/69, e que até então os professores eram formados como professores primários, através de cursos oferecidos por instituições especializadas. Segundo o autor, só no final dos anos 60 e início de 70, a educação especial, passou a integrar os cursos de pedagogia.

3. Quantos alunos deficientes têm em sua turma? Na hora de organizar o planejamento há articulação entre você e professor do AEE?

3 alunos, um autista que chegou agora, um transtorno depressivo, e uma com deficiência intelectual e deficiência física. (PROFESSORA A).

No 5º a tarde, 01 aluna por que dou aula domiciliar como especialista. (PROFESSORA B).

4. Como se deu o processo de inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula? O material disponível na escola é suficiente para trabalhar com seus alunos?

Foi em 2010 por ai, eu estava na época ocorreu assim, a escola tinha um grande número de alunos com deficiência, por que estava iniciando o processo de inclusão do município dessas crianças, só que o Maria Amoras não tinha essa sala do AEE. No primeiro momento foi que meio de supetão eu estava lotada em uma turma regular, não tinha sala do AEE, e nem espaço para montar uma sala de AEE aqui na escola, como eu estava

iniciando o curso de educação especial, ai eu fui trabalhar na sala que hoje e a coordenação pedagógica e que não tinha estrutura, eu fui a primeira a ficar na sala do AEE, ai eu tive que correr atrás, buscar informação com pessoas que já trabalhavam na educação especial, quem me ajudou muito foi uma professora da Escola Lídia Lima, por que pra agente que nunca tinha trabalhado na educação especial, ela era referência, ela passou a vida toda trabalhando com criança especial, ai depois que eu sair já foi a Ivone que tomou conta em uma instrutora melhor por que eles já conseguiram recursos, correram atrás da legalização do espaço tudinho pra conseguir a sala do AEE. Não, é muito difícil a gente conseguir, agente traz de casa, trabalha com sucata confecciona material, criando e reinventando né, não só para os especiais como pro outros alunos, aqui é uma situação difícil de material. (PROFESSORA A).

Foi difícil, por que foram muitos pra minha sala e deu vontade de desistir, teve um dia que eu disse para a diretora da época “eu não vou mais ser professora por que eu não dou conta, eu não sei como trabalhar com eles” ai depois eu fui pra casa, essa foi uma experiência que eu nunca vou esquecer e pensei assim, seu eu entrei eu tenho que enfrentar tudo que tiver lá né, mas depois eu comecei a entender que não, que pra mim não é problema nenhum eles na sala de aula, não é mais, no começo foi pela falta de experiência e o choque também né, eu nunca imaginei que fosse pegar alunos especiais, por que quando eu peguei foi 3 de uma vez, ai a gente não tinha noção nenhuma, então eu vejo assim não existe uma receita pronta falo pra qualquer pessoa, você faz o seu plano de aula, você leva e lá mediante o que você levou, você vai observar qual foi o desenvolvimento da criança e como você pode transforma a aula. Não, falta muito. (PROFESSORA B).

5. Como você avalia as relações interpessoais existentes entre os alunos sem deficiência e os alunos com deficiência na sala de aula?

A relação dos alunos com os especiais aqui dentro, olha em relação a sala é uma relação até saudável, por que com as meninas eu estava acostumada, eles vem desde do início do ano convivendo com elas, eles se respeitam, o Raildo (autista), quando ele chegou semana passada, então eu pensei que eles iam, por que o Raildo é agitado o comprometimento dele é maior do que das meninas, pensei que eles iam ficar assim assustados ele fala muito, ele grita, mas eles receberam ele muito bem, se dão bem eles se ajudam. (PROFESSORA A).

Eles respeitavam ela, por que primeiro que ela é uma pessoa muito extrovertida, ela se dá bem com todo mundo, ela é muito dada mesmo com todos e todos tratam ela super bem, ela é muito carinhosa. (PROFESSORA B).

É perceptível que a relação dos alunos “normais” com os especiais é uma bastante saudável, eles convivem juntos se respeitam, se ajudam, faz os trabalhos juntos sem nenhuma discriminação. Com isso tudo fica nítido o crescimento que existe na turma, pois os alunos deficientes sentem-se incluídos mesmo com as suas

restrições. Há situações na turma que esses alunos chegam a nos surpreender com sua força de vontade. Para Carvalho:

O entusiasmo aparece manifesto em muitos educadores e pais, certos de que na diversidade, reside a riqueza das trocas que a escola propicia. Uma turma heterogênea serve como oportunidade para os próprios educandos conviverem com a diferença e desenvolverem os saudáveis sentimento de solidariedade orgânica. (EDLER CARVALHO, 2004, p. 27).

Para o autor, a educação escolar assume um papel importante na formação do cidadão para que este seja um agente de transformação da realidade. Só precisa que os responsáveis sejam mais presentes na vida de seus filhos deficientes porque a escola sozinha não dar conta de fazer essa transformação.

6. O que você entende por educação na perspectiva da inclusão?

Na questão do Maria Amoras teve uns avanços, em relação todos os especiais eles estão na sala regular e para o atendimento no contra turno, apesar de muitos pais que tem filhos com deficiência aqui na escola serem ausentes, são poucos os pais daqui da escola não só dos especiais, mas de uma forma geral, eles são um pouco displicentes, entendeu não são todos que conseguem acompanhar seus filhos, eles preferem assim manter um pouco de distância da escola, não são todos, mas alguns, eu percebo assim essa distância da família eles não vem de repente ver como os filhos estão, só vem se chamar, eu crie que nem seja falha da escola por que a gente faz plantão, faz reunião de turma e a gente percebe a dificuldade deles virem participar, as agente faz reunião em horário diferentes por que muitos trabalham de manhã e eu percebo o desinteresse deles em relação ao aprendizado dos filhos, não só dos especiais mas de uma maneira geral. (PROFESSORA A).

A inclusão ajuda no sentido de convivência é importante, mas no sentido de aprendizado a criança precisa de uma atenção especifica pra ela ali, e as vezes é difícil numa turma regular onde há muito alunos e cada um tem a sua dificuldade e é difícil, entendeu. Eu vejo que a inclusão ela só acontece quando todos tem a oportunidade de participar e as vezes tem, mas as vezes não tem, no sentido de participar do trabalho das atividades escritas por exemplo, pelo convívio eles convivem bem não vejo problema. (PROFESSORA B).

Segundo as educadoras nunca exerceram outra profissão antes de serem professoras, têm dedicado suas vidas apenas à arte de ensinar, porém dizem que para atuarem nas turmas de educação inclusiva tiveram que por conta própria buscar formação e assim poder oferecer o melhor para os alunos, pois as escolas pouco têm se preocupado em ofertar formação especifica para os professores que atuam com os alunos deficientes. Segundo GARCIA (2013), não há como ter uma

escola regular eficaz, sem que seus professores sejam preparados para atendê-los adequadamente. Pois, Tardif defende que:

É por meio de novos espaços de aprendizagem e formação que será possível a confluência entre a prática profissional e a formação teórica, entre a experiência concreta nas salas de aula e a pesquisa, entre os professores e os formadores universitários. (TARDIF, 2014, p. 286).

Ao perguntar se recebem ou receberam formação continuada para trabalhar com aluno deficiente, disseram que buscam por conta própria porque a SEMED tem oferecido pouca. Durante este ano só houve participação apenas em uma palestra. Para trabalhar com aproximadamente 29 alunos deficientes é necessário fazer articulação com a professora do AEE para organizar as atividades que possam tá ajudando-os, tirar algumas dúvidas, pois ela é muito preocupada com o aprendizado das crianças. Neste sentido, Nóvoa, ressalta que:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas e que contribuam para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (NÓVOA, 1995, p. 25).

Nesta perspectiva, o relato das professoras da educação inclusiva leva-nos a perceber que elas se preocupam com os alunos, pois têm a preocupação em organizar seus planejamentos com o auxílio da professora do AEE. É inquietação delas e ao mesmo tempo querem o melhor para as pessoas com deficiências por avaliar que a educação faz parte de um processo histórico e socialmente produzido. “Atendimento educacional especializado é o conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. BRASIL (2008).

3.6 Categoria – Professora do AEE

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?

Licenciada em Pedagogia com Especialização em Educação Especial e Inclusiva. 12 anos de experiência no magistério

2. Você recebe ou recebeu formação continuada para trabalhar com aluno deficiente? Você se identificou com a função?

Sim, assim que dá, quando tenho oportunidade participo. Com certeza a partir do momento em que eu decidir, pra fazer especialização por que estava me incomodando dentro de minha própria sala de aula, que tinha crianças que a gente via a necessidade, então pensando neles uma forma de ajudar eles fiz essa especialização, mas em nenhum momento quando eu fiz a especialização não foi pensando em trabalhar no AEE foi simplesmente em querer ajudar os próprios alunos da sala.

Quando se fala da formação de professores na educação especial, a Resolução do CNE/CEB nº 02/2001, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e reforça a necessidade de haver a capacitação tanto dos professores do ensino regular, como dos docentes da educação especializada para atender às necessidades desses educandos:

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educativas especiais, nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores de diferentes etapas da educação básica, inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001. p. 25-26).

Diante de tal complexidade no processo de inclusão, faz-se importante a formação dos professores, contribuindo para que haja as mudanças necessárias exigidas pela educação inclusiva.

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretção de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

3. Quais são as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado (AEE)?

Olha aqui vai de acordo com a necessidade da criança, então as atividades são diversificadas, envolvendo todas as disciplinas, mas é por meio da metodologia que é mais pela parte pratica, questão que utiliza muitos jogos, atividades concretas, utilizando os matérias que nos temos aqui, que nos confeccionamos e utilizamos com eles ai a questão do computador que utiliza também a tecnologia né, então são mais atividades praticas, mas isso não quer dizer que não utilizamos a parte teórica, mas utilizamos mas a prática pra tentar ajudar nas disciplinas deles também em sala de aula para ver se eles conseguem acompanhar as atividades lá.

4. Sobre a aprendizagem do aluno como é feita essa articulação entre professor do AEE e professor regular e as atividades são as mesmas?

É sempre agente procura se informar no estão trabalhando lá, pra gente tentar acompanhar, não igual, assim pra dizer que nos vamos trabalhar a disciplina pra dizer que eles estão trabalhando isso e eu vou dizer que nos vamos fazer essa disciplina, mas sim procurar atividades que tenha relação com a sala de aula, pra tentar ajudar eles, mas de uma forma diferente do que eles estão fazendo lá, mas tentar por que às vezes lá eles não conseguem, e aqui agente já muda a metodologia, pra ver se eles conseguem desenvolver né, ao menos ajudar eles por que. Quando é aqui como eles são menos né tem mais aquela atenção que ele precisa por que na sala, às vezes o professor não tem aquele suficiente que ele precisa.

5. Como se dá a participação da família no AEE?

Vamos dizer assim que não é diferente, a participação da família nos temos as vezes, tem família que são bem presentes, mas tem aquelas que agente ver que a criança precisa do apoio da família, precisa do interesse, a questão da aceitação que tem família que não aceita, é difícil, é feito todo um trabalho, as vezes agente chama eles não vem, e quando vem não é só uma ou duas vezes para eles tentarem entender, até que eles entendem, que eles começam ter a participação melhor, nós temos pais já que participa que vem, sabe acompanha, mas ainda tem aqueles que nos estamos lutando pra eles é dê mais essa atenção que o filho esta precisando né, a família é fundamental no processo.

É um processo que depende do envolvimento de todos, pois temos muitos pais são ausentes, eximindo-se de suas responsabilidades, não conseguem acompanhar seus filhos e preferem manter a distância da escola. A família não procura saber como seu filho está só vem à escola se for chamado. Apesar de desenvolver ações como plantão pedagógico, reunião de turma, mesmo assim tem pouca participação. Para SZYMANZKI (2003 p. 22): “é na família que a criança encontra os primeiros “outros” e, por meio deles, aprende os modos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito”.

6. Como vocês lidam com a falta de material para trabalhar com aluno com deficiência dentro da sala de aula no AEE?

O material aqui quando tem, a escola nunca se negou, se a escola tem nos temos, só que atualmente agente sabe como esta a crise financeira complicada, mas os materiais que nos temos da pra gente trabalhar entendeu, tá dando pra trabalhar, mas agente precisa além disso, não é só isso, precisa de muitas coisas ainda mais, não podemos perder as esperanças que um dia agente consegue né.

7. Como se deu o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola?

Na verdade quando iniciou aqui, 2011 não era eu que estava era outra colega, eu só posso falar a partir de 2013, mas eu estava em sala de aula regular, o que eu pude observar que foi assim uma forma de pressão tem que ter, então no primeiro momento simplesmente para obedecer documentação via SEMED dos órgãos maiores, tinha que ter de qualquer jeito então alguns alunos que eram da classe especial foram encaminhados pra cá, e a partir e daí foi designado uma professora que acompanhava eles, mas aí eu não posso dizer como ela desenvolvia o trabalho dela. Os primeiros alunos foram transferidos pra cá quando foi em 2011 os alunos que eram da classe especial da Escola Lídia Lima que eram do bairro vieram pra cá. E a partir que eles vieram já foram com conhecimento, informações que as vezes os próprios professores não tinha aparato para perceber que dentro da sala de aula tem aquelas crianças que não conseguem avançar, que tem a dificuldade muito grande de aprendizagem e daí foram surgindo alguns alunos até que. Mas que os próprios professores ainda não tinham conhecimento, só mandaram os alunos sem nenhum tipo de informação nenhuma como por exemplo: vamos prepara os professores, fazer uma formação por que eles vão ter que atender esses alunos não foi assim. Simplesmente vieram por que eles tinham que vim, e no começo deu um desespero pros professores, por que nós ate nos sentíamos incapazes para trabalhar com essas crianças, não tínhamos formação nenhuma, então devido esse desespero eu a partir que essas crianças chegaram, foi que me deu essa inquietação que eu precisaria procurar uma formação pra mim por que, a escola, nos estávamos precisando, os alunos estavam precisando, por isso que eu optei pela especialização eu falei vou procurar um curso assim que apareceu e convidei mais duas colegas.

De acordo com MANTOAN (2004, p. 39): A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

3.7 Categoria - Coordenadora Pedagógico da Escola

A coordenadora pedagógica da escola Maria Amoras também respondeu o questionário destinado a ela:

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?

Aqui na escola 3 anos, antes trabalhei um ano como professora aqui, tenho 21 anos na área da educação, é do quadro efetivo do município. Trabalho nos dois turnos como coordenadora pedagógica, com carga horária de 200h.

2. Qual o suporte que a SEMED dá para a escola Maria Amoras em relação aos alunos deficientes?

Agente tem o suporte legal que a Maria que trabalha na coordenação da educação inclusiva, ela vem em vez enquanto, quando a gente liga ela vem, o que agente cobra muito é a questão da avaliação dentro do processo de inclusão e também a questão das especialidades no caso que a gente precisa, as vezes a gente precisa de fonoaudiólogo, psicólogo agente recorre a eles mas a gente já tem mais acesso pela assistência social, em termo de SEMED é mas essa parceria com a coordenadora mesmo de quando a gente precisa pra tirar alguma dúvida, só nesse sentido.

No diálogo com a coordenadora ficou claro que as maiores necessidades estão relacionadas à falta de especialistas para trabalhar com as crianças que precisam desse atendimento especializado, pois a secretaria de educação não dispõe desses profissionais. Por outro lado, temos o apoio da assistência social quando solicitados. CARNEIRO (2012), “Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas”. Este ainda enfatiza que:

Construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que queremos que ensinem. (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Pode-se perceber que a educação inclusiva só terá avanços quando todos os envolvidos tiverem consciência de que é preciso fazer um trabalho em conjunto, pois a troca de experiência é fundamental na troca de saberes.

3. Quais as formas de mediação que a coordenação pedagógica da escola realiza com os professores? Há algum procedimento para avaliá-los?

Como agente tem a sala multifuncional na escola, a gente faz essa ponte tipo, uma ponte entre nos orientação; as coordenadoras do AEE que é a Ivone com a Liane e os professores das salas é assim tem a parte de conteúdo programático, planejamento todo auxilia eles nesse sentido, faz a troca de experiência e também pede auxílio da coordenação do AEE que é onde a gente consegue as atividades, saber como é, quando tem essa dúvida qual é a deficiência, que tipo de deficiência, como que eu vou tratar essa deficiência dentro de sala de aula de que maneira trabalhar. Agente tem os testes de sondagem, que dentro dos testes fazem essa avaliação pra ver qual o nível do aluno e dentro desse nível do aluno, trabalhar os conteúdos é obvio a gente não consegue atingir 100%, a gente tem uma margem de 25 alunos na turma do AEE que são atendidos, fora os que não tem o laudo, sendo que alguns alunos desses nós temos dois no caso que

são atendidos em casa, que já são casos com mais dificuldades pra tá em sala de aula, são atendidos em casa, e tem aqueles casos que tem o professor que tem o cuidador e tem o professor especialista em sala que no caso de duas turmas onde tem dois professores especialistas na turma pra cuidar desse aluno que no caso é a Arlene e a Rosângela (elas são denominadas como especialistas) pra cuidar justamente do aluno que tem essa deficiência, a gente tem como cuidadora a Rosiane que entra como cuidadora, a gente tem professor auxiliar no caso pros alunos que também necessitam, não necessariamente diretamente de um especialista, mas que necessita de alguém dando esse apoio.

Nesses momentos são tiradas as dúvidas e consegue formular atividades para as diversas deficiências dentro de sala de aula de que maneira trabalhar. É pensando no melhor para os alunos deficientes, é preciso pensar na formação dos profissionais para trabalhar a educação inclusiva. Nóvoa defende:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas e que contribuam para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (NÓVOA, 1995, p. 25).

4. As ações da coordenação provocam mudanças nas práticas didáticas, pedagógicas e metodológicas dos professores?

Sim, porque se não houvesse essa tipo provocação do que ele pudesse fazer em sala, assim no primeiro momento a gente tenta deixar meio que aleatório tenta deixar livre pra que o professor possa tipo naquele período de sondagem só que a gente percebe que fica muito solto, cada um vai pesquisar o que quer, quando tu chega, eu tenho um planejamento eu tenho uma sequência de conteúdos onde eu tenho que trabalhar, aí tu vê que o processo ele se dá com mais facilidade, a gente vê que nós tivemos dois projetos agora nesse primeiro semestre que eu acho que foi bem válido, então a gente sabe que todos os professores, todas as turmas tão trabalhando as mesma coisa, então não tem como fugir.

Tomamos sempre como base para os trabalhos, todos aqueles documentos que são garantidos pelo MEC que apresentam diversos materiais como livros, textos e leis referentes ao assunto. Os documentos legais são apresentados como:

[...] Um meio para garantir maior equidade, desenvolvendo no ser humano valores e atitudes de solidariedade, respeito e colaboração, assegurando, assim, às pessoas com NEE, sua integração e participação na sociedade, tornando-se prioridade para se alcançar uma sociedade mais justa, integrada e democrática (ROTH, 2006, p.114).

A formação para o professor da educação inclusiva é de suma importância, pois através do engajamento e envolvimento dos professores conseguem articular alguns trabalhos que venham atender as necessidades dos educandos e detectar seu nível de aprendizado, até mesmo aqueles que não comprovam sua deficiência através de documentos. A secretaria de educação ainda deixa muito a desejar quando se fala de uma formação voltada para o profissional desenvolver seus trabalhos principalmente com os alunos deficientes.

5. Tem diferença da atividade do aluno sem deficiência para o aluno com deficiência? Como você avalia esse trabalho?

De atividade tem, não tem de conteúdo, por exemplo se tá trabalhando vamos supor a árvore, as partes da planta, mas ele vai ser trabalhado de uma maneira diferente por aluno de 4º e 5º ano principalmente que eles são alunos que supõe-se que ele deveria ler, escrever, copiar da lousa no caso, mas ele não consegue então as atividades são diferenciadas, são com colagens, pinturas dependendo da deficiência desse aluno. Em termo de nota, você lembrou uma coisa que a gente estava falando ontem com a Arlene ela estava nessa dúvida, eu até falei que a gente ia sentar com Ivone pra gente vê porque, dentro do processo agente vai ver a dificuldade do aluno e o que ele avançou dentro da deficiência dele, no caso da Diana como ela é uma aluna que a gente sabe que ela não tem a capacidade nem a habilidade da leitura, da leitura de letras de palavras, mas ela tem a leitura de mundo ela tem a oralidade dela mesmo que ela não fale algumas palavras completas, mas ela identifica eu pedi pra que ela avaliasse nesse sentido, ela faz a associação conhece cores então isso pra ela é um avanço pra criança que é deficiente que a gente sabe que ela não vai chegar ao ponto de sentar numa sala de aula e fazer uma cópia.

6. A escola realiza projetos que envolva alunos deficientes? Como a coordenação avalia o trabalho com esses alunos?

Sim, todos os projetos agente inclui, em todos em dança, teatro nas exposições eles nunca ficam de fora, até porque também o auxílio da professora do AEE, ela é do tipo assim é a mãe é tipo uma onça e já colocou fulano, fulano não tá na atividade, e eles gostam não tem essa discriminação há eu vou colocar porque ele é deficiente não até que nesse ponto, mesmo o professor tendo essa dificuldade em incluir esse aluno de uma certa forma a dificuldade maior nele era no conteúdo. Como a gente vê e como a gente ouve relatos dos próprios professores que há uma dificuldade muito grande, seja pelo professor ter uma turma inteira pra ele cuidar, tipo de 25 alunos incluído o deficiente, ou então ele tem menos alunos e mais deficientes, no entanto ele acha dificuldade muitas vezes é pela falta de leitura, o professor não conhecer a deficiência, saber o que ele precisar trabalhar o que não precisa e também como lidar como isso, pra ver que até aceitação do próprio professor em termo as vezes até de familiares que tem algum deficiente ele tem dificuldade então imagina dentro de sala aula, como mais outras crianças, então ele sente isso, mais

assim a gente vai levando de acordo com o conteúdo, até porque se trabalha com conteúdo, já é diferente de casa que vai ter que cuidar de trocar de roupa essas coisas e aqui é um pouco mais com relação a isso.

3.8 Categoria – Gestor da Escola

A diretora da escola Maria Antonieta de Paiva participou das entrevistas e foi bastante sucinta em suas respostas ao perguntar-lhe:

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?

É Licenciada plena em Pedagogia com Especialização em Educação Especial, efetivo-concursada e atua há 15 anos na rede pública municipal sempre na área da educação e nunca exerceu outra função na sua vida.

2. Você trabalha a quanto tempo como gestora da escola Maria Amoras? Durante esse tempo a escola tem recebido suporte da SEMED para trabalhar com os alunos deficientes?

Há 8 anos, antes trabalhava como professora. Na verdade eles não dão nem um tipo de suporte, antes tinha o PDDE só que era pra eles mais não tem, nós viramos como podemos para dar esse suporte pra eles.

3. As ações da gestão provocam mudanças nas práticas didáticas, pedagógicas e metodológicas dos professores? Como você avalia esse trabalho?

Sim, hoje esse trabalho está sendo bem aplicado, ele está dando bem resultado por que antes, a gente não tinha esse resultado, antes era só trabalhar esses resultado vieram para superar muito a situação da escola.

4. Como você avalia as relações interpessoais existentes entre os alunos sem deficiência e os alunos com deficiência no espaço escolar?

Eles são muito acolhedores, são aceitos, são amáveis, tem aqueles alunos que ainda estão em processo que os pais estão levando ao neuro.

5. O que você entende por educação na perspectiva da inclusão?

Hoje a inclusão veio pra somar, é a perspectiva e que dê continuidade, entendeu só por que ele especial eu não poder colocar ele lá no quinto ano, não ele vai dar continuidade nas atividades que são feitas dentro da escola pra eles, é uma continuidade um processo.

Mantoan defende que:

A inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos [...]. (MANTOAN, 1997, p. 8).

6. Qual a sua percepção em relação a inclusão?

Inclusão hoje, muitos professores não aceitam rejeitam essas crianças até, mas se for a fundo da situação, essas crianças eles dizem que não aprendem eles aprendem sim, e eles tem um carisma muito grande, hoje eu pude perceber que é importante para a interação social, a inclusão trouxe muitos benefícios e sem contar que estamos com um número bem grande de alunos especiais na escola, fora aqueles que ainda estão em processo.

E ainda, segundo Mantoan:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (MANTOAN, 2003, p. 97).

Para a diretora, as ações desenvolvidas na escola através das práticas pedagógicas têm surgido efeitos positivos, pois tem sido um trabalho realizado com muito esforço e dedicação para amenizar as dificuldades enfrentadas pelos os alunos, mesmo com pouco recurso que dispõe. “Um novo tempo da humanidade”, MANTOAN (2002, p. 85), para a escola busca sempre trabalhar projetos que venham atender tanto o aluno com deficiência como o sem deficiência, há boa relação entre ambos. Todas as atividades são feitas pensadas na perspectiva de que todos possam ser atendidos, mesmo os que ainda estão na escola e suas deficiências não são comprovados. Apesar de suas especificidades eles são muito carismáticos, acolhedores e amáveis.

Os professores têm realizado alguns projetos na escola que têm contribuído para o aprendizado do aluno com deficiência, e é perceptível a mudança ocorrida com eles que passam a interagir mais com os colegas. Mesmo não sendo aceitos por alguns professores que chegam a dizer que não irão conseguir desenvolver um bom trabalho pela falta de apoio dos órgãos competentes. Contudo, percebe-se que aqueles que abraçam a causa tem se dedicado ao trabalho como compromisso e

responsabilidade, essa relação entre eles faz com ocorra a interação social, pois tem trazido muitos benefícios para nossos alunos deficientes.

3.9 Categoria - Técnico Pedagógico da SEMED

A técnica pedagógica da SEMED não se omitiu em nos dar algumas informações referentes ao andamento das ações desenvolvidas pelo município:

1. Qual sua Formação?

Licenciada em Pedagogia, Pós graduação em educação especial e inclusiva e alguns cursos pelo MEC na área do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

2. Você trabalha a quanto tempo como coordenadora da educação especial na Semed?

Foi no final de 2016 pra cá, que eu assumi a coordenação, tive outra experiência em Tailândia onde eu trabalhei como professora do AEE, na sala de recursos multifuncionais foi onde eu trabalhei diretamente com os alunos em 2011, após a implantação da política da educação especial e nas salas de recursos multifuncionais.

Quando a coordenadora assumiu a coordenação da Educação Especial apenas 5 escolas do município do possuía a sala de recursos multifuncionais (AEE) de acordo com as normas mencionadas pelo MEC. O município não disponibilizava de infraestrutura nas escolas para esse funcionamento, porém essa demanda vem aumentando, haja vista, que as escolas se organizavam por conta própria de acordo com suas possibilidades e ajustes de espaço, mesmo sem os recursos necessários. Para ela, o início para prestar atendimento a esses alunos que precisam e estavam sem esse apoio na escola. Hoje essas ações são possíveis apenas via Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, através dela é feita a solicitação de construção das salas de recursos multifuncionais.

3. Todas as escolas do município possuem salas de recursos multifuncionais (AEE)? E de que forma as ações da educação inclusiva estão contribuindo para o processo pedagógico em sala de aula?

Não, o que aconteceu na realidade, quando eu assumi, o que eu verifiquei em algumas escolas, a gente tinha um total de apenas cinco escolas via MEC que tinha essa sala, que até então o MEC detectava a questão dos alunos, e ai a escola mesmo já acionava no sistema, teria como desde que

a perfeita adentrasse com o espaço e a construção, o MEC mandava os equipamentos de um tempo pra cá agora é via APAE, então só mediante mesmo a questão da sinalização do sistema que ai é via APAE que é solicitado a construção destas salas, mas salas mesmo implantadas via MEC agente tem cinco, porem com recurso próprio agente já aumentou essa demanda pro atendimento, várias escolas hoje, já tem feito com recurso próprio a sua sala de recurso multifuncional, embora não se tenha aqueles equipamentos que o MEC manda, mas já é um ponta pé inicial pra prestar atendimento a esses alunos que precisam também e estavam sem esse apoio de especialista diretamente na escola. Desde quando eu assumi eu fui buscar um contexto do Acará o que agente verificou que as salas chegaram na verdade essas sala tinha professor mais não havia nada nenhuma diretriz que viesse de certa forma direcionar o trabalho, então em primeiro momento agente organizou, a gente trabalha muito com formação dos professores, então agente reuni, a gente acompanha através de relatórios, a gente tem um diário individualizado que eles trabalham diretamente nas escolas, então hoje as ações são direcionadas enquanto secretaria, já se fala a mesma linguagem que antes não se falava, na verdade o próprio professor do AEE não sabia qual era atribuição dele dentro da escola. Segundo eles até por falta de informação muitos dizem que as escolas chegaram, os alunos foram de certa forma inseridos na sala, que a gente nem pode falar incluso, mas não veio nem uma formação especifica pra área, então hoje todos os professores que estão diretamente com os alunos, até as escolas mesmo que já foram dadas algumas orientações e formações pra gestores, coordenadores até pra rede como um todo eles sabem do papel dele mediante o atendimento desse aluno tanto no regular, quanto nas salas de recursos multifuncionais.

4. As ações da coordenação provocam mudanças nas práticas didáticas e pedagógicas dos professores?

Com certeza, agente verificou pelo menos nos relatórios, não se tinha nada enquanto SEMED mesmo quando eu assumir, a gente não tinha nenhum documento, então hoje em dia a gente trabalha com orientação direta sempre nas formações a gente faz questão de levar pastas não apenas pro professor especialista, mas pro coordenador, pro gestor, pra escola como um todo, um dos principais meios que a gente utiliza e agente cobra muito das professoras é a formação em serviço, então elas dentro das escolas já realizam oficinas, já estão realizando formações especificas nas áreas, o nosso projeto piloto por exemplo para esse ano que eu até esqueci de falar é o que nos dividimos nossas especialistas lotadas em grupo de estudos, então nós temos cinco grupos de estudos de todas as deficiências, cada grupo ficou com uma deficiência especifica então elas se encontram nesse período, um período de preparação elas estudando, estão buscando fundamentação teórica, estão preparando material, então agente pretende depois culminar na secretaria com esses grupos elas vão fazer apresentação teórica, depois a oficina e a nossa proposta é levar essa formação pra toda a rede, então um dia a gente vai pro núcleo que aqui a gente trabalha muito com núcleo devido a questão territorial de escolas muitos distantes, então a gente já tá com calendário ai pro segundo semestre então a gente vai mapiar indeterminado dia a gente vai tá num núcleo então todo aquele núcleo se reuni numa escola e a gente vai levar essa formação, ou seja, eles vão ter uma formação geral de todas as deficiências, com palestras, com oficinas, com confecções de materiais e isso muito contribui na pratica dele, a gente vê mudanças significativas nesse sentido por que, até então o que a gente via era professores desorientados mesmo, em não saber lidar com a situação, então hoje já leva esse direcionamento, agente fornece alguns materiais que sejam

reproduzidos na escola mesmo em questão de orientação de como tá lidando com esse processo.

Freire diz que é:

Por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (PAULO FREIRE, 1996, p. 39).

5. Quais as orientações teóricas metodológicas e conceituais que a coordenação utiliza para sustentar as ações mediadoras com as escolas e seus professores?

O que a gente basicamente utiliza é a orientação do MEC que são as legislações mesmo, é essa não tem pra onde fugir quando se trata de atendimento de criança com deficiência, então até as políticas municipais eu tenho sempre a minha pasta das políticas nacionais e municipais elas são baseadas nisso na legislação nacional, que a gente tem como cabeceira e aquele documento orientador do MEC em relação ao atendimento educacional especializado, lá onde vem dizendo a atribuição do professor, a demanda que atende na questão do contra turno, qual o horário, toda essa legislação então não tem como fugir disso e claro que a gente por exemplo algumas adaptações a gente faz em relação as nossas especificidades locais, então algumas adaptações são necessárias mediante a questão do Acará que é uma questão territorial com escolas muito distantes umas das outras, nada assim que fuja da diretriz maior que são as orientações que vem do MEC em relação a isso mesmo.

6. Como você, enquanto coordenadora vê a questão da educação inclusiva?

Olha no Acará especificamente, houveram algumas mudanças positivas, mais positivas do que negativas, entre tanto, e o que eu sempre digo, eu sei que existe quando se fala de política principalmente da inclusão muitas coisas ainda precisam ser implantadas, precisam ser vividas de fato, mas o que eu sempre digo em relação a isso e que a principal dificuldade hoje em relação a educação especial no Acará é a questão atitudinal, as vezes o professor não se permite conhecer aquele aluno que está lá na sala dele, e eu foco muito nisso, não adianta a gente falar em avaliação, agente falar em tantas outras coisas que são importantes se o professor não tem uma atitude de aceitação, então hoje o nosso principal papel enquanto disseminador da educação inclusiva é mostrar pro professor que ele precisa aceitar que ele precisa se permitir conhecer esse aluno, por que não existe uma receita pronta pra como ele vai aprender, o que existe é o que o aluno que vai aprender, esse feedback da forma que ele pode tá desenvolvendo as atividades se adaptando só quem vai dar esse feedback é o aluno então o professor que não conhece esse aluno, que não se permite conhecer ele vai saber desenvolver alguma atividade inclusiva que de fato vá contribuir com o desenvolvimento dessas crianças, então eu acredito que além da questão estrutural que a gente sabe que em algumas situações são precárias o principal ponto mesmo é a questão atitudinal, de alguns profissionais que estão na escola.

Nos dias de hoje, as práticas educativas vêm se aprimorando cada vez mais e enfrentando um período de grandes mudanças no que diz respeito à educação. As escolas são desafiadas a serem reinventadas, criando novas formas de ensino para que atenda a diversidade humana. Para isso é preciso:

Organizar o ambiente e as rotinas para a aprendizagem ativa; Estabelecer um clima para interações sociais positivas; Encorajar a criança a realizar ações intencionais, solução de problemas e reflexão verbal; Observar e interpretar as ações de cada criança nos termos dos princípios de desenvolvimento contidos na proposta de experiências a serem proporcionadas e Planejar experiências que construam ações e interesses das crianças. (TRISTÃO, 2006, 17).

7. Para manter a escola inclusiva, de quais esferas compete esse suporte?

As salas, as cinco salas que veio via MEC elas vieram com material, o MEC oferta três tipos de salas, tipo um, tipo dois e tipo três, entre tanto, nessas cinco escolas quando eu assumi a gente fez toda uma pesquisa pra verificar como estava as condições desse material que veio via MEC, infelizmente o que agente detectou que a maioria desses recursos que vieram via MEC já estavam estragados, mesmo por falta de manutenção, alguns materiais eram utilizados fora do espaço, as vezes era a direção que usava, era a coordenação, então a gente fez toda esse trabalho para verificar como que estava esse contexto, mediante disso agente usou uma orientação que é do MEC também em relação as esses recursos, uma normativa que o MEC tem que em relação a esses materiais que não podem sair da sala que quando sair tem que ser pro atendimento do aluno, então aqui acontecia o inverso, então a gente fez uma intervenção, fez um relatório acionou o diretor a coordenação e solicitou que esses materiais voltassem pro destino, em relação as outras escolas que não tem esse material, como é que é feito, é via PDDE como esse aluno é incluso ele é contabilizado duas vezes é matriculado tanto no regular quanto no AEE, então a gente deixa bem claro que ele tem direito a ter o material, e esse material tecnológico que a gente sabe que é mais complicado pra gente adquirir, mais o material básico a escola tem que dar esse suporte por que no PDDE no plano de ação ele já tem que constar, que de material é necessário pra que seja trabalhado durante o ano letivo nesses espaços.

A esse respeito, Mantoan complementa dizendo que:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2006, p. 54-55).

8. Qual o perfil do professor que atua na sala do AEE e quantos alunos com deficiência podem ser matriculados na mesma sala?

Primeiramente agente segue a legislação pra saber, o Acará hoje tem uma demanda bem grande de especialistas então ele tem que ter a formação no magistério ou pedagogia e tem que ter a formação específica em educação especial, então até algum tempo não se cobrava mais desde quando eu assumir umas das questões principais a lotação é feita mediante isso agente verifica a formação, agente verifica realmente o diploma então todos os especialistas que estão atuando hoje como professores do AEE e como acompanhante especializado que a gente tem alguns casos na rede eles tem geralmente tem licenciatura em pedagogia e também especialização na área específica em educação especial.

9. Atualmente, quantos alunos com deficiência estão matriculados na rede municipal? Os alunos sem laudo podem receber atendimento educacional especializado?

Olha eu vou te fazer pelo perfil do ano passado como agente terminou no ano passado, a gente tem uma base de matrícula de 382 alunos, desses 382 nem todos tem laudo agente fechou o ano passado com 241 alunos com laudo e o restante sem laudo, entretanto alguns desses alunos estão em processo, indo em busca, alguns alunos aparentemente o professor observa se ele possui alguma deficiência mas ele não tem o laudo, mais ai agente ta com essa faixa etária de 380, é essa a nossa demanda de alunos entre eles tem os com laudos e os sem laudos também. Podem, a legislação é bem clara em relação a isso, isso também era uma angústia muito grande, por que até então infelizmente é uma contração de sistema e de realidade no sistema, só é contabilizado aquele aluno que tem laudo, pra questão de verba, questão de ser avaliado a questão da duplicidade de matrícula só consta o aluno que tem laudo, entre tanto pra atendimento o laudo é pra questão mesmo de diagnostico clinico, porem esse aluno que apresenta uma dificuldade acentuada que agente vê que fica ali na sala de aula que tem uma certa deficiência que não tenha laudo o professor não tem porque se recusar de fazer esse atendimento, é claro que o laudo é importante pra conhecer que CID esse aluno tem, e se ele toma alguma medicação, mas isso no PDI que os professores também são orientados a fazer na escola isso já consta então o professor ele é sim, ele tem que ter essa aceitação desse aluno nas escolas, tanto é que a gente faz essa orientação, a gente tem uma demanda de alunos com laudos, mais também a gente tem uma demanda de alunos sem laudos que são atendidos no AEE e umas das dificuldades que a gente tem em relação ao laudo é principalmente a questão do neuro, a gente sabe que tem que ter toda uma equipe pra avaliar, uma equipe de avaliação tem o psicopedagogo o assistente, outros profissionais a gente não tem, essa equipe ainda o neurologista que é raro, é uma vez por mês que ele vem, a gente sabe que as nossas famílias principalmente as famílias desses nossos alunos com deficiência principalmente dessas questões mais do campo, mais distantes são famílias muito carente que não tem essas orientações e isso dificulta a questão do próprio laudo deles, então a gente já fez enquanto secretaria duas ações em relação a isso o neuro, mais assim agente verifica que além do neuro eles precisam passar por outros especialistas, então essa é uma das dificuldades, mais nada que vai impedir que eles sejam atendidos dentro dos espaços ou por especialistas que estejam lá pra atender.

É nítido que a inclusão na escola tem nos mostrado que devemos lutar para a melhoria, pois é um meio para garantir a socialização dos alunos deficientes com os demais, isso só é possível com o apoio de toda comunidade escolar porque é um trabalho que depende do empenho de todos. É por isso que para Mantoan:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23).

Dentre essas novas diversidades, temos a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino, de modo que todas as crianças portadoras de algum tipo de deficiência tenham o mesmo direito que qualquer outra criança que não possui deficiência, são considerados alunos com deficiência todos aqueles que ficam fora dos padrões impostos pela sociedade. (BERETA; VIANA, 2014). Nesse sentido, entende-se por Educação Especial, segundo a Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96:

1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. 3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2001. p.12)

Desta forma, para que uma escola seja inclusiva não basta apenas matricular o aluno com deficiência é necessário que se reinvente e tenha diversidade humana que é a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares, o sistema educacional tem que aderir às mudanças que devem ser feitas para que a escola se adapte de acordo com as necessidades do aluno. (BERETA; VIANA, 2014).

10. Sobre o cuidador da escola quais são os critérios para ele ser inserido na sala de aula?

Na verdade a LBI fala de profissional de apoio de escolar, e de acordo com a LBI o profissional de apoio escolar é unicamente o profissional que vai lá ajudar na alimentação na locomoção desse aluno que tem uma disfunção

fisiomotora grave o aluno que tem paralisia o aluno que realmente não tem autonomia de ir ao banheiro, se alimentar as vezes, a troca de fralda, a gente tem aluno que usa, então o cuidador ele é geralmente pra isso pra esses alunos, embora alguns professores vem aqui as vezes é um síndrome de down, é um outro, o aluno autista já trabalha com acompanhamento especializado enquanto rede então a gente já evoluiu nesse sentido, o cuidador é pra essas questões mesmo, por que ainda há uma distorção do papel né, as vezes o professor tem um down ele já quer um cuidador, mas quando eu ponho um cuidador pra um down, pra um DI de certa forma eu vou tirar nossa autonomia, e o nosso papel enquanto escola é estimular essa nossa autonomia então o cuidador é pra esse aluno que tem mesmo dificuldade as vezes não consegue desenvolver com autonomia essas questões de alimentação, higiene e locomoção no espaço escolar.

11. A educação inclusiva do município é baseada nas diretrizes do Estado?

Não, federais mesmo, tu pega a diretriz federal, tu não tem pra onde correr, tem algumas adaptações em relação a questão de atendimento a demanda porque a gente tem especificado de locais é um trabalho de forma diferenciada, uma das questões que a gente implantou, se a gente tinha sala de recursos não tem como atender um aluno lá digamos do maracujá (zona rural), as vezes é uma escolinha pequena, as vezes tem dois alunos, mas qual a iniciativa da secretaria, a gente leva especialistas itinerantes, a gente leva então lá naquela região, agente lota por região, tem um especialista ele é lotado numa escola, até tem a sala mas ai uma ou duas vez na semana, tá saindo ele vai levar o atendimento até essa escola lá, não tem como ele vim não tem como implantar uma sala só pra ele mas o professor itinerante especialista ele vai levar esse atendimento especializado na escola do aluno, lá na comunidade dele. A gente só não tem eu acredito em dois núcleos, porque a gente tem vinte e sete núcleos esse núcleo ele atende de sete a dez escolas. Então a escola que está sem esse especialista é só a Escola Paiva Melo (rural) a dificuldade de ter o especialista, são regiões também caracterizadas como violentas as pessoas não querem muito ir, então já geralmente agente usa o professor especialista que está lotado naquela área ali por perto que já é alguém conhecido da comunidade, então a gente conseguiu esse ano, eu acredito que a gente tá só com dois núcleos sem esse atendimento especialista, a gente não prioriza apenas a cidade, mas também o do campo está tendo esse direito dele garantido.

Quando a coordenadora assumiu a coordenação da Educação Especial apenas 5 escolas do município possuía a sala de recursos multifuncionais (AEE) de acordo com as normas mencionadas pelo MEC. O município não disponibilizava de infraestrutura nas escolas para esse funcionamento, porém essa demanda vem aumentando, haja vista, que as escolas se organizavam por conta própria de acordo com suas possibilidades e ajustes de espaço, mesmo sem os recursos necessários. Para ela, o início para prestar atendimento a esses alunos que precisam e estavam sem esse apoio na escola. Hoje essas ações são possíveis apenas via Associação

de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, através dela é feita a solicitação de construção das salas de recursos multifuncionais.

A partir de quando assumir a coordenação na SEMED fez-se um levantamento na busca para saber se os professores que estavam nas salas com alunos com deficiência estariam preparados para trabalhar com essa demanda. Foi detectado que os professores não estavam preparados, pois não passavam por formação que lhes desse subsídio para estarem em sala de aula com aqueles alunos.

Hoje ofereceremos formação aos professores que ocupam estes espaços. Reunir-nos para fazer os relatórios das ações feitas nas escolas. Cada um possui um diário onde fazem suas anotações, ao menos já consegue-se falar a mesma linguagem que antes não se falava. Assim, para serem desenvolvidos os trabalhos a secretaria de educação trabalha com as diretrizes do MEC. O trabalho é direcionado aos professores, nós temos a função de acompanhar e assessorar. Eles fazem relatório avaliativo das ações no primeiro semestre e um no segundo semestre para fazer avaliação.

A coordenadora da secretaria diz que enquanto portaria de lotação é garantido que a cada aluno deficiente diminuiria quatro alunos sem deficiências, (PORTARIA DE LOTAÇÃO MUNICIPAL/2019), entretanto isso agente age do bom senso, por que nas nossas escolas a nossa demanda de aluno é grande, e o que eu sempre digo a solução seria construir escolas, infelizmente às vezes não tem como fugir com a sala superlotada, mas agente já usou esse critério. Existem turmas que estão bem diminuídas, é claro se eu tenho três alunos não tem às vezes como reduzir doze porque eu tenho que garantir o direito do aluno regular também estudar, mas em vez de doze eu posso reduzir quatro, cinco isso vai muito em relação ao bom senso do diretor, do professor mais agente já se atentou pra isso também né, é um ponto positivo agente já tá conseguindo pelos menos fazer com que essas salas fiquem menos lotadas. Análise sobre as entrevistas

Nas minhas observações tive a oportunidade de observar que não foi fácil para os professores trabalharem com alunos de variadas deficiências, pois alguns professores só haviam se formado no magistério e mesmo os que já tinham nível superior não possuía qualquer outra formação em relação à educação especial, o que trazia dificuldade para os professores em trabalhar com os alunos, até mesmo

pela precariedade de recursos didáticos. É visível que os educadores da escola pesquisada são responsáveis e fazem um enorme esforço com intuito para promover a integração social do aluno com deficiência bem como ao acesso a uma educação inclusiva de qualidade.

Na escola não havia estrutura, como por exemplo, não tinha acessibilidade para os alunos com deficiência física e estava totalmente despreparada para recebê-los. Os professores não possuíam informações suficientes a respeito da inclusão, no entanto, não se poderia negar matrícula aos alunos, pois existem leis que os amparam. Mas, aos poucos, a escola foi se adaptando, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atende alunos como, por exemplo, com deficiência física, mental, sensorial com transtornos gerais de desenvolvimento como autismo e síndrome de aspergir e altas habilidades, como atividades que estimulam o aprendizado do aluno nas áreas que ele tem mais dificuldade considerando as necessidades específicas de cada aluno. (BERETA; VIANA, 2014).

3.10 As deficiências apresentadas na escola

- **Deficiência intelectual – DI:** As pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado.

- **Deficiências Múltiplas - DM:** A deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente, sejam intelectuais, físicas, distúrbios neurológicos, emocionais, linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional, dificultando sua autossuficiência.

- **Transtorno do Aspecto Autista - (TEA):** Transtorno do Espectro Autista (TEA) define-se por prejuízos persistentes na comunicação e interação social, bem como nos comportamentos que podem incluir os interesses e os padrões de atividades, sintomas estes presentes desde a infância que limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo.

- **Deficiência Visual (baixa visão) - DV:** A baixa visão é o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após correção com uso de óculos ou lentes de contato, mas a pessoa utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para planejamento e execução de alguma tarefa.

Dentre o grupo de pessoas com baixa visão há variações: alguns conseguem ler se o impresso for grande ou se estiver próximo a seus olhos (ou mesmo através de lentes de aumento), outros conseguem apenas detectar grandes formas, cores ou contrastes.

- **Deficiência Física – DF:** A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, elaborada em 1975, definiu deficiente físico como: uma pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas. Na atualidade esta definição não é mais a mesma, porque o deficiente se esforça dentro de suas limitações para suprir as suas necessidades, tanto pessoais como sociais.

- **Síndrome de Down:** A Síndrome de Down, também denominada trissomia 21, é uma anomalia genética causada pela presença integral ou parcial de uma terceira cópia do cromossoma 21. A condição está geralmente associada a atraso no desenvolvimento infantil, feições faciais características e deficiência mental leve a moderada.

- **Descrivendo as crianças:** As crianças deficientes que recebem atendimento na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Maria Antonieta de Paiva são aquelas vindas principalmente de bairros periféricos, filhos de famílias que vivem em situação precária, muitas delas sobrevivem apenas do Programa do Governo Federal Bolsa-Escola (Programa criado pelo governo Federal, cujo objetivo era pagar uma bolsa mensal em dinheiro, às famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que essas frequentassem a escola regularmente). São crianças que por muitas vezes a única alimentação é aquele que a escola oferece que quase sempre é pouca.

No ano de 2019 foram matriculadas na escola pesquisada 26 crianças deficientes comprovadas com laudo e mais 3 que ainda aguardam os laudos que estão em processo, mas todas são assistidas na sala do AEE, nenhuma delas são

tratadas com indiferença. FÁVERO (2004, p. 2), adverte que “as pessoas com deficiência têm direitos, sem discriminações, ou seja, de ser recebidas e ensinadas no mesmo espaço (turma), que todos os demais educandos”. E mais, a LDB no Art. 208, enfatiza o atendimento a essas pessoas, conforme veremos a seguir. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] “III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1994, p. 27).

Toda pessoa independentemente de cor, raça e gênero merecem receber uma boa educação para ter garantia de uma vida dignidade. A criança deficiente também é faz parte desse grupo, pois para VYGOTSKY, (1997, p, 20). “A personalidade vai desenvolvendo como um todo único que possui leis particulares, e não como uma soma ou um conjunto de funções separadas; cada uma das quais se desenvolve em virtude de uma tendência especial”. É compreensivo que as limitações assumem uma função particular e, não a uma limitação do desenvolvimento humano.

3.11 Histórico da escola

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a “Maria Amoras”, surgiu na necessidade que muitas famílias estavam enfrentando no sentido de mandar educar seus filhos, sobretudo pela carência de documentação, condições financeiras íntimas da grande maioria dessas famílias para mantê-los na escola pública, em face das exigências no que se refere a material escolar. Assim sendo, com o surgimento do programa do governo federal: “Toda Criança na Escola”, a coordenação da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, situada a travessa Ernesto Geisel, bairro Cacoal na pessoa das senhoras Maria de Nazaré da Dias e Maria Adeli Moraes, tomaram a iniciativa de fazer um exercício de levantamento da realidade escolar no bairro do Cacoal.

Naquele período foi detectado o número bastante expressivo de crianças e adolescentes em idade escolar, que até então estavam fora da escola por motivo de falta de vagas nas escolas das proximidades, carência de documentação das famílias e também devido à grande distância para as crianças se locomoverem até a escola mais próxima. Posteriormente, uma vez verificada esta necessidade, o

resultado da pesquisa foi levado ao conhecimento da comunidade mediante reunião que aconteceu no dia 12 de janeiro de 1998.

Foi uma reunião que teve a participação de vários membros da comunidade, ocasião em que todos os presentes tomaram conhecimento da situação e ficaram sensibilizados com a gravidade do problema. A partir daí a prefeita da época Sra. Francisca Martins, solicitou a parceria da comunidade na doação do espaço físico para que pudesse funcionar provisoriamente como escola, enquanto era construída a estrutura física da atual escola. Após a efetivação da matrícula e legalização da escola, com aval da Secretaria Municipal de Educação na pessoa da Sra. Deuza da Silva, fixando assim o início das aulas no dia 02 de março de 1998.

A escola iniciou com 143 alunos, 06 funcionários (professores e apoio) e com o nome provisório “Escola do Cacoal”. Já no dia 17 de julho de 1999, foi aprovado seu nome oficial de Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a “Maria Amoras”. Homenagem a uma saudosa professora leiga que muito contribuiu com a educação em nosso município. A escola possui terreno próprio medindo 6.800m², localizada na Rua: Luiz Miranda, Nº629, com Travessa: Ernesto Geisel, Bairro Cacoal, tem como unidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Atendemos atualmente aproximadamente 450 alunos. Distribuídos nos três turnos de funcionamento do estabelecimento.

3.12 O Projeto Político Pedagógico – PPP

O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação. O planejamento é um modo de ordenar a ação tendo em vista os fins desejados, e por base conhecimentos que deem suporte ao objetivo, à ação; é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social, como seres humanos, mas, de que o ato escolar de ensinar e aprender são coletivos.

A parceria depende da entrega a um objetivo ou tarefa que seja assumida por todos, haja vista, que, planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o

processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação. Segundo Gadotti:

Todo projeto supõe "rupturas" com o presente e "promessas" para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579).

Neste sentido a escola se dá como lugar do entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessam aos educandos. Só a presença viva e vivificante de um projeto educacional possibilitará a escola evitar a hipertrofia burocrática, a divisão técnica- social do trabalho, a prática autoritária e a rotina mecânica.

Mas, o que espera a sociedade da escola? Que prepare os seus membros para a vida social e política, para o desenvolvimento de sua consciência cidadã, sendo capaz de sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial; que tal sistematização possibilite novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirimidas e analisadas na escola, e que ela seja, portanto, um lugar de produção de conhecimentos; que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, sem que se perca sua verdadeira função: a de ensinar.

A sociedade moderna, através de suas inúmeras conquistas tecnológicas criou sistemas cada vez mais integrados em nível mundial, ao mesmo tempo mais complexos e diversificados. Frente a essa realidade urge a necessidade de se repensar o papel do conhecimento e da escola numa sociedade que sofre em seu dia-a-dia, rápidas e profundas transformações. Assim, espera-se que os egressos do sistema escolar possuam ou desenvolvam a capacidade de entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhe são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ ou as diferentes instituições com as quais

mantêm relação de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política.

Deste modo, são as relações escola-sociedade que devem se constituir no foco de debate e da reflexão dos educadores, de modo que possam contribuir para a construção de uma escola comprometida com o ensino e com a formação de seus alunos, de acordo com as exigências da sociedade em que vivem. Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Reformular o Projeto Político-Pedagógico tendo como base as mudanças na educação e a luz da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais apenas. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, planejamento curricular, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro.

Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do PPP como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade. Conforme afirma VEIGA (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado às autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola. Para Veiga:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2004, p.13).

Sendo assim, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político-pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de

possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção. O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação capaz de opinar e transformar a coletividade.

3.13 Atendimento Educacional Especializado - AEE

Os serviços denominados como Atendimento Educacional Especializado, de acordo com o Decreto nº 7.611/2011, compreendem o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O referido atendimento deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atenderem às necessidades específicas do público da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. O atendimento educacional especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. (PPP DA ESCOLA, 2019, p, 21)

3.14 Organograma Institucional

A organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. As escolas que operam nesse modelo dão muito peso à estrutura organizacional: organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, centralização das decisões, baixo grau de participação as pessoas que trabalham na organização, planos de ação feitos de cima para baixo. Este é o modelo mais comum de funcionamento da organização escolar que será apresentado a seguir:

Gestor e vice-gestora: O diretor (a) coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais componentes do corpo de especialistas e de técnico-administrativos, atendendo às leis, regulamentos e determinações dos órgãos superiores do sistema de ensino e às decisões no âmbito da escola e pela comunidade. A vice-direção competirá, além das funções compartilhados com o (a) diretor(a), substituí-lo(a) ou representá-lo(a) em sua ausência ou impedimento legal;

Núcleo de apoio administrativo: O núcleo de apoio administrativo responde pelas atividades e meios que asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. A Secretaria Escolar cuida da documentação, escrituração e correspondência da escola, dos docentes, demais funcionários e dos alunos. Responde também pelo atendimento ao público. Para a realização desses serviços, a escola conta com uma secretária e seis auxiliares de secretaria. O núcleo de apoio administrativo corresponde, também, pelos serviços auxiliares e multimeios (biblioteca, laboratório de informática, videoteca etc.);

Setor Pedagógico: O setor pedagógico desta unidade de ensino é composto pelo técnico pedagógico e orientador educacional. Estes são responsáveis pela dinamização do processo educativo, promovendo e assessorando as atividades de

natureza técnico-científica e pedagógica em ação integrada com a comunidade escolar;

O Corpo docente: É constituído pelo conjunto dos professores em exercício nesta unidade de ensino, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. Além do seu papel específico de docência, os professores também têm responsabilidades de participar na elaboração do PPP, plano escolar ou projeto pedagógico curricular, na realização das atividades da escola e nas decisões dos conselhos de escola, das reuniões com os pais (especialmente na comunicação e interpretação da avaliação), do planejamento coletivo, Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC, reuniões pedagógicas e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade.

O núcleo docente terá por competência o desenvolvimento das atividades escolares de forma científica, dinâmica, contextualizada e interdisciplinar, por meio de uma abordagem crítica do conhecimento. Este deverá trabalhar de forma conjunta com os demais segmentos da comunidade escolar, colaborando, no sentido da superação das dificuldades e propondo formas alternativas de atuação, que venham a contribuir para os avanços da educação e contamos com as seguintes categorias:

Discente: tratar de forma respeitosa e igualitária todos os professores, funcionários e colegas da escola. Ser frequente e pontual as aulas, avaliações e outras atividades escolares. Solicitar autorização a direção quando necessitar ausentar-se da escola. O papel do aluno é o do sujeito atuante na construção do conhecimento de maneira que se possa colocar-se em contato com a herança histórica do saber humano; e o papel da escola é o de apontar as necessidades de transformações contemporâneas;

Vigilância: Vigiar as instalações da escola, observando todas as dependências da mesma; receber, cuidar e entregar correspondências e documentos que chegam à escola; receber e encaminhar os visitantes até o local ou à pessoa procurada; fazer rondas nas dependências da escola durante sua jornada de trabalho, sempre como espírito de observação; observar se há algo suspeito nos materiais da escola que possa causar acidentes furtos ou arrombamentos; colaborar com a disciplina dos alunos e tratá-los com compreensão e delicadeza; zelar pela conservação e guarda

de todos os equipamentos da escola; impedir a entrada e permanência de estranhos que possam danificar ou perturbar a tranquilidade da escola;

Serviços gerais: Auxiliar na preparação dos ambientes para os eventos e reuniões; manter a limpeza (varrer, lavar e espanar) e a ordem nas dependências da escola; abrir e fechar portas e janelas da instituição nos horários regulamentares; zelar pela conservação do prédio, de suas dependências internas e externas e do mobiliário em geral; estar atento a segurança dos portões, portas, janelas, grades e vitrais, dando conhecimento à direção da escola de qualquer irregularidade; verificar o uso de iluminação e água, bem como dos equipamentos da escola evitando uso inadequado ou desperdício;

Conselho Escolar: O Conselho Escolar é um colegiado constituído, de acordo com as normas estabelecidas por membro nato, por representantes dos pais, por representantes dos alunos e por representantes de outros segmentos representativos da escola e da sociedade. Terá natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola, diretrizes e critérios relativos a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com orientações e diretrizes, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação e deliberações;

As atribuições do Conselho Escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar. Portanto constitui-se em desafio para a escola trazer o conselho escolar com mais frequência para o seu espaço, envolvendo-o mais diretamente nas atividades desenvolvidas, informando e conscientizando da importância de sua participação.

O Conselho de Escola será um fórum permanente de debates, de articulações, entre os vários setores da escola, regido por um estatuto próprio. As reuniões poderão ser ordinárias ou extraordinárias. As ordinárias são trimestrais e as extraordinárias sempre que se fizerem necessárias. Também participam nos procedimentos relativos a professores, funcionários e alunos (parte disciplinar e pedagógica), tendo este Conselho suas atribuições em estatuto próprio.

Comunidade Escolar: A comunidade escolar ao elaborar este documento busca destacar a função principal da entidade que é cuidar e proteger solidificando assim, seu papel social, possibilitando às crianças o sucesso educacional, preservando o

bem estar físico, estimulando os aspectos cognitivos, emocional e social. Os objetivos que norteiam o trabalho da escola visam os seguintes valores: dignidade, senso crítico, responsabilidade, organização pessoal, produtividade e respeito busca estabelecer uma relação de coparticipação com os pais e comunidade, para tanto, além de estar aberta ao diálogo e escuta dos pais/comunidade, promovem ações que visem à inserção e participação desse público com amostras de trabalhos, festas comemorativas, projeto da escola e de incentivo à leitura, além de reuniões bimestrais de devolutivas e reflexão sobre o processo de acompanhamento das crianças;

Transporte Escolar: São utilizados pelos alunos do AEE- Atendimento Educacional Especializado, pelos que se deslocam do espaço rural para o urbano (núcleo) e também pelos alunos das escolas nucleadas em suas localidades.

O Ensino fundamental é ofertado nos períodos matutino e vespertino, com carga horária mínima de 800 horas e 200 dias letivos. A organização do Currículo Escolar de cada nível de ensino é feita na forma de Plano de Estudos, conforme legislação vigente, constituindo-se na expressão concreta do Projeto Político Pedagógico. São elaborados pelos professores coordenados pelo Coordenador Pedagógico.

A metodologia de ensino adotada considera o lúdico e o afeto como elementos facilitadores da aprendizagem, respeitada a faixa etária. Respeita a individualidade e os estágios de desenvolvimento de cada educando, atendendo as diferenças individuais. Fundamentam-se nos princípios éticos, políticos e estéticos. Considera o aluno, sujeito do processo de aprendizagem, atuando, o professor, como animador e facilitador para que o aluno se aproprie dos conhecimentos. A intervenção do professor é democrática, no papel de condutor, e mediador das aprendizagens dos alunos e respeita as autorias de cada um.

3.15 O regimento escolar

O Regimento Escolar – RE é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas para na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os

objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. No município de Acará cada escola tem autonomia para organizar o seu próprio Regimento Escolar, seguindo as normas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação, nele deve conter todas as ações que serão desenvolvidas durante o ano letivo.

O Regimento Escolar da “Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a “Maria Antonieta de Paiva” está dividido em capítulos e seções. Apresenta uma descrição detalhada de todos os direitos e deveres, atribuições e as sanções relativas a cada segmento da comunidade escolar. Art. 2º - A Unidade de Ensino é pública e gratuita e, estará a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, independentemente de sexo, raça, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político e quaisquer preconceitos e discriminações. (RE, 2019, p, 2).

Na Seção II que trata dos objetivos e no Art. 5º - A educação pública e popular nesta Unidade de Ensino tem por objetivo a formação de uma consciência social, crítica solidária e democrática, onde o educando vá gradativamente se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, através da ampliação e recriação de suas experiências, da sua articulação com o saber organizado e da relação da teoria com a prática, respeitando-se as especificidades dos educandos. (RE, 2019, p, 3).

Na seção V: Do corpo docente Art. 16 – O corpo docente da unidade de ensino é constituído por professores legalmente habilitados para regência de disciplinas do currículo de ensino básico:

§ 1 – O corpo docente da pré-escola, quando esta existir, deverá ser constituído por professores com curso de Magistério ou Superior que contemplem conteúdos específicos relativos à pré-escola;

§ 2 – O docente que atender alunos com deficiência deverá, preferencialmente, ser um profissional habilitado em métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e quando necessário, em operação de equipamento e materiais específicos. (RE, 2019, p, 11).

Segue fazendo referência ao professor no Art. 17 – O corpo docente terá por competência o desenvolvimento das atividades escolares de forma científica, dinâmica, contextualizada e interdisciplinar, através de uma abordagem ampla, crítica e social do conhecimento. E, refere-se também aos direitos e deveres, direitos

salariais, qualificação profissional, assessoramento técnico pedagógico contínuo para atuar no processo de inclusão, ter condições adequadas de trabalho, progredir e ascender na carreira, obedecida as normas em vigor para qualificação crescente, ter liberdade a organização da categoria como forma de valorização do magistério participativo, gozar férias na forma da legislação em vigor, negociar seu horário de trabalho na escola sem prejuízo para a unidade escolar, requisitar material didático para o desenvolvimento de seu trabalho escolar, ser respeitado no exercício de sua função, propor ações que visem maior eficácia no desenvolvimento da disciplina, sob sua responsabilidade e ser informado sobre todos os assuntos que dizem respeito ao funcionamento da unidade de ensino. (RE, 2019, p, 11).

O corpo discente é retratado na Seção VI; **Art. 28º** – O corpo discente é constituído por alunos regularmente matriculados na unidade de ensino. **Art. 29º** – Compete aos alunos:

- I – Receber em igualdade de condições, a orientação necessária para realizar suas atividades, bem como usufruir de todos os benefícios de caráter religioso, educativo, cultural, social, político e recreativo que a escola proporcione;
- II – Receber atendimento especializado quando portador de necessidades educativas especiais;
- III – Ter garantido o processo de aceleração de estudos, quando portador de altas habilidades, de acordo com a legislação em vigor;
- IV – Integrar-se, de acordo com seus interesses, às associações escolares em funcionamento na escola;
- V- Promover com aprovação do diretor, festas, reuniões e debates de caráter cívico, esportivo, cultura e artístico;
- VI – Requerer revisão e/ou segunda chamada de qualquer avaliação no prazo de quarenta e oito horas (48h) úteis, na secretaria da escola, com justificativa convincente;
- VII – Recorrer à administração ou ao setor competente da escola (corpo técnico-pedagógico), quando se sentir prejudicado;
- VIII – Ausentar-se da unidade de ensino, em caso de necessidade, desde que acompanhado (quando menor) pelos pais ou responsável e autorizado pela direção da escola;
- IX – Tomar conhecimento do Regimento Escolar no início do ano letivo;
- X – Participar de atividades sócios - educativas, grêmios estudantis e eventos culturais sem interferência político-partidária;
- XI – Ser tratado com respeito, atenção e humanidade, no que tange a constituição vigente;
- XII – Zelar pela conservação do prédio, mobiliário escolar e de todo material de uso coletivo ou individual;
- XIII – Comunicar previamente à direção da unidade de ensino, a intenção das atividades de que trata o parágrafo x;
- XIV – Justificar eventuais ausências (se maior de idade) em até 48h;
- XV – Ter uma frequência mínima de 75% para efeito de aprovação;
- XVI – Frequentar as aulas com a roupa adequada inerente a atividade prevista, permanecendo até final da mesma;

XVII – É vetado ao aluno portar objetos contundentes ou de qualquer natureza que

Atentem contra a integridade física de pessoas na unidade de ensino;

XXIII – Promover qualquer atividade, ou comportamento que atentem ao bom desempenho do relacionamento sócio-educativo do aluno com os demais segmentos da Unidade Escolar observando as normas e preceitos morais. (RE, 2019, p, 14-15).

Art. 39º – É vedada à unidade escolar toda e qualquer manifestação discriminatória em relação a alunos portadores de necessidade especiais.

O regimento escolar fornece elementos importantes para que a inclusão seja praticada e legitimada no interior da unidade escolar, contudo, o exercício de ver no outro o ser humano e não o deficiente requer mais que normas, requer humanização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente pode-se observar que parte dos educandos deficientes que estão sendo inclusos nas classes normais não têm o apoio necessário quando se trata das políticas públicas que deveriam ser destinadas a eles. Pouco se tem feito para que essas ações cheguem até eles. Apesar da legislação deixar bem clara esses direitos, ainda são muitas as barreiras que as impedem de serem efetivadas. Embora haja esses efeitos, é claro que ainda há muito que fazer só nos resta continuar lutando e principalmente apoiando as instituições que já vêm desenvolvendo ações em benefício dessa causa. Segundo Zimmermann:

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

Outra questão que angustia os profissionais dessa área é a falta de recurso didático que é muito carente nas escolas. Os professores precisam ter disponível esse suporte que na maioria das vezes é custeado pelo mesmo, para melhor desempenhar suas aulas, e, assim o aluno sentir mais motivação e poder sentir-se parte integrante da turma que pertença. É nítido que essas questões sejam muito latentes com os alunos “normais” e mais ainda com os alunos deficientes.

Os projetos vindos dos MEC ainda são poucos para serem implementados nas escolas. Dessa forma, cabe à secretaria municipal de educação pensar em articular junto às instituições públicas e privadas formas de subsidiar o educador para que tenha melhores condições de contribuir com o aprendizado do seu aluno de forma completa, com a segurança necessária ao exercício profissional.

Temos poucos profissionais preparados para trabalhar com os alunos deficientes, o mercado de trabalho é vasto, porém falta oportunidade para formação continuada nesta área. Esse é um dos motivos que os professores fazem formação particular, ou seja, fazem investimento com seu próprio recurso. Além do mais, o mercado de trabalho está muito competitivo e só a escola tem que mostrar e fazer o diferencial na sua vida. Precisa ter mais flexibilidade nas ações por conta da

realidade que vivemos. As leis existem, porém na maioria das vezes não são respeitadas.

A escola Maria Amoras tenta se organizar de forma atender todos os alunos deficientes que lá se matriculam, assume para si o compromisso de ensinar, mesmo que, por vezes, o improviso seja maior que a pedagogia a ser aplicada. Mostrou-se preocupada com o educando, quando ousou fazer atendimento docente domiciliar, indo para além dos portões da mesma.

No ínterim dos fatos, a unidade escolar pesquisada, cumpre o papel de coautora da aprendizagem quando se trata de atender alunos com deficiência e faz tudo que está ao seu alcance para proporcionar qualidade educacional e humana, aos educandos que lá estudam, não só individualizando o atendimento no AEE, mas mantendo todos em classes regulares, contribuindo de fato para a inclusão e socialização dos mesmos.

Poder conhecer a forma como o ensino é inserido através da inclusão, e perceber a importância da convivência entre os alunos deficientes nas escolas regulares e a dedicação e o envolvimento dos professores para propiciar uma educação de qualidade, é uma experiência nova e também um desafio mesmo sem formação na área e a forma de como eles aprendem a conviver com a diversidade e o que me instiga a trabalhar futuramente com a educação inclusiva.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: CORDE, 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução do CNE/CEB N.02/2001**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

BERETA, Mônica Silveira; VIANA, Patrícia Beatriz de Macedo. **Os Benefícios da Inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares**. Revista pós-graduação: Desafios contemporâneos, v.1, n.1, p. 115-129, jun/2014.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de educação especial. Piracicaba, editora UNIMEP, V.3, N. 5, Set/1999.

CARNEIRO, R. U. C. **Formação de professores: da educação especial à inclusiva - alguns apontamentos**. IN ZANIOLO, L. O.; DALL'ACQUA, M. J. *Inclusão Escolar: Pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012. p.7-24.

COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais** 5.ed, E. Cortez, São Paulo, 2001.

DELLANI, Marcos Paulo; MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão: caminhos, encontros e descobertas**. REI - Revista de educação do ideau. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**, *Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.*

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **O direito das pessoas com deficiência à educação**. Seminário sobre Direito da Educação, Superior Tribunal de Justiça. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15675-15676-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra, 27ª edição, SP, 1996.

_____, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila; **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** DHE – Departamento de Humanidades e Educação Ijuí, RS, 2012.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Anais. Brasília, 1994.

LÜDKE, Marli e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

_____, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

_____, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U, 2015.

MANTOAN, M. T. E. Introdução. In: MANTOAN, M.T.E. (org.) **A integração de pessoas com deficiência**. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, pp. 06-09, 1997.

_____. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In: ROSA, D.E.G.; SOUZA, V.C. de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 79-93, 2002.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, ed. Moderna, 2003.

_____, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). *Escola Inclusiva.* São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p.61-86.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2003.

NÓVOA, A: **Formação de professores e profissão docente.** IN: NÓVOA, A (Coord.): **Os professores e sua formação.** 2ª ed. Instituto de Inovação educacional. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PARAÍSO, M.A.. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. In: **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

Portaria de Lotação da Secretaria Municipal de Educação de Acará – Pa, 2019.

Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Antonieta de Paiva, 2019.

ROTH, B. W. (Org.). **Experiências Educacionais Inclusivas. Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade.** Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial. 191 p, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2014.

TITTONI, Jaqueline; OLIVEIRA, Renata Ghisleni de; SILVA, Paula Marques da; TANIKADO, Grace. **A Fotografia na Pesquisa Acadêmica: sobre visibilidades e possibilidades de conhecer.** *Informática na Educação: teoria & prática,* Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 59-66, jan./jun. 2010.

TRISTÃO, R. M. **Educação infantil: Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento.** 4.ed. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2006.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SZYMANSKI, H. **A Relação Família/Escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livros, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: S P. Papyrus, 2004.

ZIMMERMANN, E. C. **Inclusão Escolar**, 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>>. Acesso em 30 set. 2017.

Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID5338_14082016213625.pdf. Acesso em 15 de julho de 2019 às 19h30min.

Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao>. Acesso em 10 de agosto de 2019 às 15h50min.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em 13 de agosto de 2019 às 19h.

Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>. Acesso em 22 de outubro de 2019 às 10h.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

ANEXO – I

O objetivo destes questionários é obter informações sobre os alunos com necessidades especiais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a Maria Antonieta de Paiva, os quais servirão de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

1. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - PROFESSORES

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?
2. Você recebe ou recebeu formação continuada para trabalhar com aluno deficiente?
3. Quantos alunos deficientes têm em sua turma? Na hora de organizar o planejamento há articulação entre você e professor do AEE?
4. Como se deu o processo de inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula? O material disponível na escola é suficiente para trabalhar com seus alunos?
5. Como você avalia as relações interpessoais existentes entre os alunos sem deficiência e os alunos com deficiência na sala de aula?
6. O que você entende por educação na perspectiva da inclusão?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

ANEXO – II

O objetivo destes questionários é obter informações sobre os alunos com necessidades especiais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a Maria Antonieta de Paiva, os quais servirão de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

2. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – PROFESSOR DO AEE

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?
2. Você recebe ou recebeu formação continuada para trabalhar com aluno deficiente? Você se identificou com a função?
3. Quais são as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado (AEE)?
4. Sobre a aprendizagem do aluno como é feita essa articulação entre professor do AEE e professor regular e as atividades são as mesmas?
5. Como se dá a participação da família no AEE?
6. Como vocês lidam com a falta de material para trabalhar com aluno com deficiência dentro da sala de aula no AEE?
7. Como se deu o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

ANEXO – III

O objetivo destes questionários é obter informações sobre os alunos com necessidades especiais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a Maria Antonieta de Paiva, os quais servirão de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

3. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?
2. Qual o suporte que a Semed dá para a escola Maria Antonieta em relação aos alunos deficientes?
3. Quais as formas de mediação que a coordenação pedagógica da escola realiza com os professores? Há algum procedimento para avaliá-los?
4. As ações da coordenação provocam mudanças nas práticas didáticas, pedagógicas e metodológicas dos professores?
5. Tem diferença da atividade do aluno sem deficiência para o aluno com deficiência? Como você avalia esse trabalho?
6. A escola realiza projetos que envolva alunos deficientes? Como a coordenação avalia o trabalho com esses alunos?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

ANEXO – IV

O objetivo destes questionários é obter informações sobre os alunos com necessidades especiais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a Maria Antonieta de Paiva, os quais servirão de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

4. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – GESTOR DA ESCOLA

1. Qual sua formação e tempo de experiência no magistério?
2. Você trabalha a quanto tempo como gestora da escola Maria Antonieta de Paiva? Durante esse tempo a escola tem recebido suporte da SEMED para trabalhar com os alunos deficientes?
3. As ações da gestão provocam mudanças nas práticas didáticas, pedagógicas e metodológicas dos professores? Como você avalia esse trabalho?
4. Como você avalia as relações interpessoais existentes entre os alunos sem deficiência e os alunos com deficiência no espaço escolar?
5. O que você entende por educação na perspectiva da inclusão?
6. Qual a sua percepção em relação a inclusão?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ**

ANEXO – V

O objetivo destes questionários é obter informações sobre os alunos com necessidades especiais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Prof.^a Maria Antonieta de Paiva, os quais servirão de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

5. QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – TECNICO PEDAGOGICO DA SEMED

1. Qual sua Formação?
2. Você trabalha a quanto tempo como coordenadora da educação especial na Semed?
3. Todas as escolas do município possuem salas de recursos multifuncionais (AEE)?
E de que forma as ações da educação inclusiva estão contribuindo para o processo pedagógico em sala de aula?
4. As ações da coordenação provocam mudanças nas praticas didáticas e pedagógicas dos professores?
5. Quais as orientações teóricas metodológicas e conceituais que a coordenação utiliza para sustentar as ações mediadoras com as escolas e seus professores?
6. Como você, enquanto coordenadora vê a questão da educação inclusiva?
7. Para manter a escola inclusiva, de quais esferas compete esse suporte?
8. Qual o perfil do professor que atua na sala do AEE e quantos alunos com deficiência podem ser matriculados na mesma sala?
9. Atualmente, quantos alunos com deficiência estão matriculados na rede municipal? Os alunos sem laudo podem receber atendimento educacional especializado?
10. Sobre o cuidador da escola quais são os critérios para ele ser inserido na sala de aula?
11. A educação inclusiva do município é baseada nas diretrizes do Estado?